



# DIÁRIO da Assembleia da República

II LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1981-1982)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE MAIO DE 1982

**Presidente:** Ex.º Sr. Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias

**Secretários:** Ex.º Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes  
 Guilherme Gomes dos Santos  
 Maria José Paulo Sampaio  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMÁRIO.** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Em ordem do dia, os vários deputados intervenientes abordaram problemas de âmbito regional e local. Usaram da palavra o Srs. Deputados Lemos Damião (PSD), Miranda Calha (PS), Roleira Marinho (PSD), Alexandre Reigoto (CDS), Sousa Lara (PPM), João Abrantes (PCP), Oliveira Martins (ASDI), António Taborda (MDP/CDE), Guerreiro Norte (PSD), Adelino Teixeira de Carvalho (PS), Pacheco Mendes (CDS), Manuel Pereira (PSD), José Manuel Mendes (PCP), Jaime Ramos (PSD), Verdasca Vieira (PS), João Morgado (CDS), Carlos Espadinha (PCP), Armando Oliveira (CDS), Marcelo Curto (PS), Heriberto Goulart (MDP/CDE) e Soares Cruz (CDS).

Entretanto, o Sr. Deputado Pinto da Silva (PS), procedeu à leitura de um relatório e parecer da Comissão de Regimentos e Mandatos, sobre a substituição de vários deputados do CDS e do PPM, que foi aprovado.

Depois de anunciar os diplomas que deram entrada na Mesa e de informar a Câmara sobre a ordem do dia para a próxima sessão, o Sr. Presidente encerrou a sessão às 12 horas e 40 minutos.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 5 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.

Álvaro Barros Marques Figueiredo.

Amândio Anes de Azevedo.

Amélia Cavaleiro M. de Andrade Azevedo.

Anacleto Silva Baptista.

António Duarte e Duarte Chagas.

António José B. Cardoso e Cunha.

António Maria de O. Ourique Mendes.

António Roleira Marinho.

Armando Lopes Correia Costa.

Arménio Jerónimo Martins Matias.

Arménio dos Santos.

Carlos Manuel Pereira Pinho.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.  
 Daniel Cunha Dias.  
 Eleutério Manuel Alves.  
 Fernando José Sequeira Roriz.  
 Fernando dos Reis Condesso.  
 Francisco Mendes da Costa.  
 Henrique Alberto Nascimento Rodrigues.  
 Jaime Alberto Simões Ramos.  
 João Afonso Gonçalves.  
 João Evangelista Rocha Almeida.  
 José Augusto Ferreira de Campos.  
 José Augusto Santos Silva Marques.  
 José Luís Figueiredo Lopes.  
 José Mário de Lemos Damião.  
 José de Vargas Bulcão.  
 Júlio Lemos Castro Caldas.  
 Leonel Santa Rita Pires.  
 Luís António Martins.  
 Manuel Ferreira Martins.  
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.  
 Manuel Pereira.  
 Maria Adelaide S. de Almeida e Paiva.  
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.  
 Maria Manuela Dias Moreira.  
 Maria Margarida do R. da C. S. M. Ribeiro.  
 Mário Dias Lopes.  
 Mário Marques Ferreira Maduro.  
 Mário Martins Adegas.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.  
 Rui Alberto Barradas do Amaral.  
 Valdemar Cardoso Alves.

## Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.  
 Alberto Arons Braga de Carvalho.  
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.  
 Alfredo José Somera Simões Barroso.  
 Alfredo Pinto da Silva.  
 António de Almeida Santos.  
 António Duarte Arnaut.  
 António Cândido Miranda Macedo.  
 António Carlos Ribeiro Campos.  
 António Fernandes da Fonseca.  
 António Fernandes Marques R. Reis.  
 António Magalhães da Silva.  
 Armando dos Santos Lopes.  
 Beatriz Cal Brandão.  
 Bento Elísio de Azevedo.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Fausto Sacramento Marques.  
 Fernando Verdasca Vieira.  
 Francisco Manuel Marcelo Curto.  
 Guilherme Gomes dos Santos.  
 João Francisco Ludovico da Costa.  
 Joaquim José Catanho de Menezes.  
 José Gomes Fernandes.  
 Júlio Francisco Miranda Calha.  
 Leonel Sousa Fadigas.  
 Luís Manuel César Nunes de Almeida.  
 Luís Manuel dos Santos Silva Patrão.  
 Luís Silvério Gonçalves Saisas.  
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.  
 Manuel Francisco da Costa.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rego.  
 Rosa Maria Albernaz.  
 Teófilo Carvalho dos Santos.

## Centro Democrático Social (CDS)

Alberto Henriques Coimbra.  
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.  
 Álvaro Manuel M. Brandão Estêvão.  
 António Mendes Carvalho.  
 António Pedro Silva Lourenço.  
 Armando Domingos L. Ribeiro Oliveira.  
 Carlos Eduardo de Oliveira e Sousa.  
 Daniel Fernandes Domingues.  
 Duarte Nuno Correia Vasconcelos.  
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.  
 Emílio Leitão Paulo.  
 Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.  
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.  
 Henrique José C. M. Pereira de Moraes.  
 João José M. Pulido de Almeida.  
 João da Silva Mendes Morgado.  
 José Alberto de Faria Xerez.  
 Luís Filipe Paes Beiroco.  
 Luísa Maria Freire Vaz Raposo.  
 Maria José Paulo Sampaio.  
 Paulo Oliveira Ascenção.  
 Pedro Eduardo Freitas Sampaio.  
 Rogério Ferreira Monção Leão.  
 Rui António Pacheco Mendes.  
 Rui Eduardo Rodrigues Pena.  
 Victor Afonso Pinto da Cruz.

## Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 António Anselmo Aníbal.

António Dias Lourenço da Silva.  
 António José de Almeida Silva Graça.  
 Carlos Alberto do Carmo C. Espadinha.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Ercília Carreira Talhadas.  
 Fernando de Almeida Sousa Marques.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Georgete de Oliveira Ferreira.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 Joaquim António Miranda da Silva.  
 João Carlos Abrantes.  
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.  
 José Manuel Antunes Mendes.  
 José Manuel da C. Carreira Marques.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 Josefina Maria Andrade.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Manuel Gaspar Cardoso Martins.  
 Manuel Rogério de Sousa Brito.  
 Manuel Silva Ribeiro de Almeida.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Maria Ilda Costa Figueirão.  
 Maria Odete dos Santos.  
 Mariana Grou Lanita da Silva.  
 Octávio Augusto Teixeira.  
 Vital Martins Moreira.  
 Zita Maria Seabra Roseiro.

## Partido Popular Monárquico (PPM)

António Cardoso Moniz.  
 António de Sousa Lara.  
 Augusto Ferreira Amaral.  
 Henrique Bárilaro Ruas.  
 Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

## Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Guilherme de Oliveira Martins.  
 Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.  
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

## União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António César Gouveia de Oliveira.  
 António Manuel C. Ferreira Vitorino.  
 António Poppe Lopes Cardoso.  
 Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes.

## Movimento Democrático Português (MDP/CDE)

António Monteiro Taborda.  
 Heriberto de Castro Goulart da Silva.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, o ponto único da nossa ordem de trabalhos diz respeito à análise de problemas regionais e locais.

Antes de dar a palavra ao primeiro orador, informo a Câmara que a nossa sessão de segunda-feira tem início às 15 horas e não às 10 horas, conforme vinha indicado no quadro anexo da súmula elaborada quando da última reunião dos líderes dos grupos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lemos Damião.

**O Sr. Lemos Damião (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é segredo para ninguém a existência

de manifestas e escandalosas assimetrias que dilaceram o nosso país. São assimetrias no plano regional, no plano económico, social e cultural. São assimetrias nos próprios processos de trabalho. Num país que cabe na palma da mão trabalham lado a lado os mais sofisticados computadores, a mais atávica indústria artesanal e a mais letárgica agricultura de sobrevivência. Neste desafio que por certo transcende o horizonte de uma geração, há prioridades e pontos frágeis por onde importa começar para vencer o círculo vicioso da inércia e do marasmo.

Permita-se-me, pois, Sr. Presidente e Srs. Deputados que a propósito recorde a importância de um problema de solução inadiável no contexto da economia da zona de Guimarães e Fafe e, por razões que deixarei claras, de todo o norte e mesmo de todo o país. Refiro-me a um vector do progresso que nos nossos dias se demite da sua verdadeira função, passando a ser olhado com a nostalgia de quem observa peças de museu, que marcando uma época, fazem reviver um passado — refiro-me ao comboio.

Para não fugir à regra, o caminho de ferro da linha de Guimarães foi votado ao ostracismo e, durante décadas, envelhecendo. O seu obsoletismo pode verificar-se no traçado e na via estreita que mantendo a sua originalidade, estão em desuso e desajustadas às realidades dos nossos dias. Como é possível falar-se na mesma terra linguagens tão dispares. Enquanto os vendedores e praticistas falam em vender mais, em dar a conhecer as potencialidades das empresas, em levarem os seus artigos à Europa, na corrida da competitividade e na procura das divisas, os mecanismos de que carecem os não acompanham. É triste mas verdade que, hoje, a locomotiva que pela primeira vez fez ouvir nesta cidade o silvo pelas 12 horas e 11 minutos do dia 7 de Março de 1884, ao chegar ao local de Vila Flor (Cavalinho) soa da mesma maneira. Como explicar que para percorrer 33 km da Trofa a Guimarães se demorem como no antanho 53 minutos? Como se comprehende que o percurso de Guimarães a Fafe num total de 21.220 km demorem 44 minutos a percorrer?

O Sr. António Moniz (PPM): — Muito bem!

O Orador: — É imperioso ajustar esta importante linha à realidade dos trabalhadores que só a criar riqueza escoam os seus produtos. Cumprirá a sua obrigação social uma linha férrea que ligando 2 concelhos de alta densidade populacional como são Guimarães e Fafe, tenha uma taxa de ocupação média de 7 passageiros por percurso?

Entendemos que comboios caducos, além de não darem mobilidade a ninguém, são um entrave ao progresso social e à própria economia nacional. Importa ter presente que a subida do preço dos combustíveis com origem no petróleo levou a que se voltasse a olhar para o caminho de ferro de uma maneira inteligente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A sua recuperação terá que fazer-se sentir por todo o lado, a todos os níveis, fazendo investimentos neste sector, expandindo-o, reformulando-o, modernizando-o e racionalizando o seu aproveitamento em ordem à maximização da sua rentabilidade. Quando por esse mundo fora a era da automação, da turbina a gás, do ordenador e do computador já chegou ao comboio, ao olharmos para as nossa decrépitas carruagens, apetece-me perguntar, se nos situamos na Europa e se estamos acordados? Quando percorremos as estradas que ligam

estas ricas e importantes regiões vemos que desde os engarrafamentos que consomem material, combustível, serenidade e tempo que tornam falível qualquer programação. Quando em termos económicos sabemos que a manutenção da via fica mais barata que a manutenção das estradas. Quando sabemos que o número de toneladas a transportar varia em relação métrica, tendo sido o comboio o primeiro vector de grupagem. Quando sabemos que o comboio representa uma apreciável economia energética em relação aos seus concorrentes transportadores, com vantagem de ser mais seguro e prático. Quando equacionamos tudo isto, mesmo que superficialmente, somos forçados a concluir que investir no caminho de ferro é poupar divisas ao país.

O Sr. António Moniz (PPM): — Muito bem!

O Orador: — Deste modo, creio que a Câmara Municipal de Guimarães, quando em 19 de Agosto de 1857 pediu a el-rei que da linha do Porto-Vallença derivasse um ramal de Guimarães, para os concelhos de Braga, Esposende e Barcelos, sentia a necessidade de ligar pólos tão importantes nas economias regional e nacional. Porém, se nos é permitido evocar a história e pedir os seus ensinamentos, creio que a do caminho de ferro se fez como tanta vez acontece, no papel, sem o mínimo de exequibilidade. Perguntamo-nos se a planificação não estaria adequada à realidade do país que somos, dependente em matéria de energia, totalmente do exterior, que nos consome as divisas que não temos na compra dessa mesma energia. Ao verificarmos que as previsões de certos especialistas não se confirmaram, quando diziam que o fim do caminho de ferro tinha chegado, apetece-nos perguntar: agora, que começa a planificar-se a criação de regiões e se continua a falar no desenvolvimento e apoio de Trás-os-Montes, não seria de atender uma pretenção datada de 28 de Março de 1883, da vereação de Ribeira de Pena, pedindo que fosse aprovado um projecto de lei que autorizasse o Governo de então, a construir o caminho de ferro de Guimarães a Chaves pelo Vale do Tâmega?

Porque nos parece actualizado tal pedido, muito embora quase um século se tenha passado sem nos termos apercebido, lançamos novamente a ideia e fundamentamo-la:

- 1.º Na necessidade de tornar Trás-os-Montes mais perto dos grandes centros urbanos;
- 2.º Na necessidade de proporcionar aos lavradores transmontanos um mais fácil escoamento dos seus produtos;
- 3.º Na possibilidade de ligar uma vastíssima região que recorreu à emigração e utiliza a fronteira de Chaves;
- 4.º No contributo que se podia emprestar a toda a maravilhosa região de Basto, Vidago, Carvalhelhos, Chaves, Vila Real e toda a região transmontana e duriense;
- 5.º No elevado contributo prestado à indústria de Fafe, Guimarães, Vizela, Santo Tirso, Trofa, etc.

Para que tudo seja Portugal é imperioso que se ligue umbilicalmente o interior ao litoral, a serra à grande urbe. E, quem o poderá fazer melhor que o comboio?

Porém, nos nossos dias ele avulta como bandeira em campo de batalha ou como projecto que dos caboucos não passou é bem a bússola de um povo estagnado. é indicador do viandante, é sinal de um passado.

Comecei, Sr. Presidente e Srs. Deputados por acentuar a magnitude do desafio que sei escapar ao horizonte da nossa esperança de vida. Ninguém pretenderá, por certo, que as coisas mudem de um dia para o outro. Mas ninguém poderá demitir-se das suas responsabilidades. A minha é, aqui e agora, denunciar. Oxalá possam outros cumprir com a sua responsabilidade de realizar!...

*Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e do Sr. Deputado António Arnaut do PS.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miranda Calha.

O Sr. Miranda Calha (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tem a Assembleia da República decidido, com alguma periodicidade, dedicar especial atenção à problemática local e regional. Considero, pelo meu lado, que tal decisão é positiva pois que assim se proporciona a abordagem de temas e problemas cujo conhecimento é importante e cujas soluções são, numa multiplicidade de casos, urgentes. Aliás, neste contexto se reforça e prestigia esta instituição ao mesmo tempo que se mantém em si uma proximidade real às preocupações e anseios locais. Verifico, no entanto, que não vai no mesmo sentido a acção do Governo.

As solicitações sobre problemas locais — muitas até apresentadas pela via de requerimentos — não tem resposta e a vontade de regionalização erguida como bandeira pelo Governo não se processa de molde a que se acredite em objectivos claros e objectivos. Assim, não deixa de se ver o desfasamento maior entre a capital e o interior, a continuação da hemorragia de populações interiores para o litoral, o aumento dos desequilíbrios regionais e, continuadamente, o empobrecimento do interior do país desguarnecido de empreendimentos e iniciativas que alterem situações seculares de atraso e esquecimento.

Os municípios e freguesias impregnadas de um novo estilo de actuar, uma nova vontade e um novo interesse deram passos de gigante resolvendo muitos problemas locais e ajudando a solução de outros. No entanto, sob o signo de uma regionalização que passo a passo se o governamentaliza e autolimita no respectivo lançamento, vão-se dando notas — vide pacote autárquico — e sintomas inequívocos de ideias centralizadoras e contrárias ao municipalismo e respectivo desenvolvimento. Ou seja, o sopro de regionalismo que verdadeiramente percorreu o país está agora a desaparecer e todos os dias vamos assistindo ao reinício de práticas e métodos velhos.

Enfim, pensariam alguns que bastaria dar a ideia de que se resolvem os problemas ou há interesse pelas regiões. As realidades deparam-se-nos no entanto na sua crueza. Por exemplo: Portalegre é um distrito do interior do país com cerca de 1,6 % da população do continente e com uma densidade populacional média de 25 habitantes/Km<sup>2</sup> (no continente a média é de 107 habitantes/Km<sup>2</sup>). Em relação a 1970 verificou-se um acréscimo populacional de apenas 5 % enquanto que na década anterior se deu uma diminuição de cerca de 20 % da população residente. A emigração — para o estrangeiro e para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto —, os baixos valores de natalidade e elevados índices de mortalidade são as principais causas do decréscimo de uma população que confirma também uma tendência crescente para o envelhecimento.

No panorama educacional o distrito está marcado por uma herança de um período com uma concepção de

educação fortemente limitada à da preparação de quadros com habilitações estritamente necessárias para as reduzidas funções exigidas por uma sociedade arcaizante e pouco dinâmica. O analfabetismo é ainda uma realidade bem presente, manifestado sobretudo sob a forma de analfabetismo funcional — o incitamento à leitura é, de facto, mínimo e as estruturas de acompanhamento da educação de adultos são pouco significativas.

A taxa de analfabetismo no distrito de Portalegre era, em 1970, uma das maiores do país com valores que excediam os 38 %, enquanto a taxa nacional era de 25,8 %. A vida cultural, tomada no sentido da participação nos avanços da criatividade literária, artística e científica contemporânea está praticamente circunscrita aos centros urbanos de maior dimensão.

Por outro lado, as carências habitacionais, as carências no campo de saúde, especialmente ao nível de médicos e pessoal hospitalar (enquanto que a Organização Mundial de Saúde recomenda um médico por 1000 habitantes. Portalegre detinha um médico por 2000 habitantes em 1976), as carências em termos de instituições de apoio à infância e terceira idade são, também, indicativos claros da situação deste distrito.

No respeitante a aspectos de estrutura produtiva, o distrito de Portalegre é uma região essencialmente agrícola, com boas perspectivas mineiras e uma actividade transformadora muito pouco significativa a nível do continente e com fraca incidência de turismo.

Em síntese, o distrito de Portalegre contém com toda a nitidez todas as características de um distrito do interior: pequena população, grande percentagem de analfabetos e velhos, economia fundada numa agricultura pobre, a sua estrutura agrícola mantém tecnologias atrasadas, esquemas fundiários pouco racionais, falta de alicientes na agricultura regional para as camadas mais jovens, fraco crescimento populacional e ausência de qualquer industrialização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Aqui está, pois, um desafio aos que se afirmam com vontade de responder aos problemas regionais. O distrito de Portalegre tem, não obstante este quadro, dado passos em frente: nos seus municípios tem-se feito um esforço enorme para se arrancar a região à situação que descrevi e mais se teria feito se mais e melhores meios tivessem sido postos ao alcance das comunidades locais. Além disso, existem na região potencialidades que se desdobram na quantidade de solos agrícolas votados à cultura extensiva e intensiva de sequeiro, perto de 15 000 ha já de solos regados e outros tantos com boas aptidões para o regadio, perto de 200 000 ha de prados permanentes de sequeiro, 150 000 ha de aptidão florestal, recursos mineiros, boas aptidões para o turismo de interior e abundância de vestígios arqueológicos ainda inexplorados.

Existem, assim, possibilidades de alterar um curso crónico de atraso e de falta de progresso. Infelizmente, o Governo não responde a estas questões. No campo agrícola não se vislumbra qualquer acção e pode-se dizer que à parte de uns nacos de terra distribuídos *ad hoc* — e hoje até parece que isso parou — nada se faz que sinalize que, por exemplo, o aumento da produtividade agrícola seja um facto. O Governo mergulha a agricultura na mais densa estagnação.

Noutros sectores como o da educação não são proporcionadas as instalações escolares necessários e adequadas no desenvolvimento e alargamento do ensino. Recentemente acontece ainda nalguns concelhos do distrito situações anómalas de concessão de instalações: alteraram-se critérios de atribuição de instalações de modo perfeita-

mente clientelista, não se tendo em conta as prioridades e realidade local. Isto para já não falar na instalação em Portalegre de uma escola superior de educação que ano após ano é sistematicamente adiada.

Passando para outra área sabemos que duas barragens de importância relevante — do Pisão e de Rase nos concelhos de Crato e Marvão, respectivamente — não avançam como era desejável e urgente. Pelo Ministério das Obras Públicas e Habitação, e agora também dos Transportes, sabemos que uma rodovia no norte do distrito, que importava a toda essa zona e que faria a ligação com Espanha, foi secundarizada no projecto de revisão do plano rodoviário do Gabinete de Planeamento e Programação da Junta Autónoma de Estradas, o que originou um protesto conjunto e unânime de todas as câmaras de distrito.

No campo habitacional há um emperramento total assistindo-se ainda à alteração de prioridades de atribuição de fogos consoante interesses cinzentos e obscuros. O Primeiro-Ministro deste país, como se não existisse outros assuntos mais importantes a que devesse dedicar-se, dá-se ao luxo de pessoalmente despachar a concessão de fogos de habitação, ultrapassando-se estruturas e prioridades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Poder-se-ia continuar este desfilar de problemas que atestam uma ineficácia e incapacidade total do Governo face aos reais problemas regionais.

Preocupado com a sua mera subsistência, o Governo isola-se cada vez mais enquanto que os portugueses vêem e sentem todos os dias o agravamento das suas condições de vida, a falta de resolução dos problemas nacionais.

Portalegre, distrito do interior, cujas características mencionei, quer naturalmente progredir. Tem entusiasmo e tem quem localmente se interessar por incentivar, modernizar e valorizar a sua agricultura, desenvolver ou incrementar uma maior industrialização, aproveitar e alargar o comércio e o turismo. Precisa de apoio para a fixação dos jovens e para a abertura de novas hipóteses de desenvolvimento e bem-estar. No entanto, para fazer face a tais situações, cada vez mais se sente a imperatividade de uma mudança de política e de uma mudança de governo de molde a recravar-se a esperança e a confiança no futuro.

*Aplausos do PS, do PCP, do PPM, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Roleira Marinho.

O Sr. Roleira Marinho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como representantes do povo que nos elegeu, cumpre-nos equacionar os problemas que a nível local se nos deparam, procurando, dentro das regras democráticas, ajudar a encontrar as soluções que levem à satisfação das justas aspirações das populações, aspirações que se situam, muitas vezes, mais no plano cultural e até espiritual do que no plano material.

Queremos trazer a esta Assembleia a realidade que é já o Festival de Bandas de Música do Alto Minho, certame que se realizou, pela quarta vez, no último fim-de-semana na panorâmica e histórica vila de Paredes de Coura, bem no coração do distrito de Viana do Castelo. Vila que às lutas da restauração emprestou o empenho das suas gentes e os baluartes das suas defesas naturais.

Aproveitando todo o ciclo da flor — que começa exactamente pelo florir da giesta — sob a orientação da Comissão Regional de Turismo do Alto Minho, com o patrocínio da Câmara Municipal de Paredes de Coura, do

Centro de Estudos Regionais do Alto Minho e da Secretaria de Estado da Cultura, foi possível fazer desfilar 11 bandas de música, na mais expressiva, colorida e harmónica manifestação de vida cultural que, por certo, se realizou no país no dia do trabalhador!...

E minha intenção, nesta intervenção, prestar homenagem aos promotores deste encontro que, para além da riqueza de reposições de tradições musicais do povo do Alto Minho, para além da apresentação de novos trechos musicais, para além da participação das populações, para além, ainda, da valorização de uma manifestação lançada há já 4 anos, e que tem merecido o apoio das mais diversas personalidades e quadrantes políticos que, em cada momento, tem representado os órgãos autárquicos locais, esta jornada de convívio popular culminou com a magistral execução do hino do Alto Minho pelo 500 músicos que compunham o conjunto das bandas presentes.

É justo que chamemos desta Assembleia a atenção do Governo, do Ministério da Cultura, através da Secretaria de Estado da Cultura, para a necessidade que há em apoiar generosamente as bandas de música, divulgadoras do nosso património cultural, quantas delas dependentes de simples vontades individuais ou de pequenas associações sem bases económicas que possibilitem um equipamento instrumental capaz. São também as bandas de música que, por esse país além, mantém em funcionamento tantas e tantas escolas de música, movimentando e interessando muitos milhares de crianças e jovens que se propõem continuar a tradição artística de famílias e comunidades locais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O nosso desenvolvimento passa também pela implementação turística e não pode haver turismo sem animação, logo, se soubermos acarinhar, acompanhar e apoiar as potencialidades que existem e se soubermos desenvolver a capacidade criadora do povo português, estaremos a solidificar os alicerces da democracia e, por outro lado, a dar vida a instituições que são a alma do povo e se tornam motivos procurados pelas correntes turísticas.

As câmaras municipais, apesar de todas as solicitações que lhe são apresentadas, vão apoiando, limitadamente é certo, as bandas de música dos seus concelhos. Outro tanto o fazem o FAOJ ou o INATEL, mas tudo é muito pouco para as carências enormes existentes, e isto sem levarmos em conta as imensas horas de trabalho que são exigidas aos respectivos executantes, pelo que a Secretaria de Estado da Cultura terá que olhar de frente esta realidade, quer atribuindo subsídios, quer fornecendo instrumentos, quer estimulando a instalação de escolas de música e até dinamizando o processo de inventariação das bandas de música existentes a nível nacional.

O distrito de Viana do Castelo, com os seus 10 concelhos, é rico no seu potencial musical. Podemos dizer que todos os concelhos possuem a sua própria banda; só no concelho de Monção existem 3 bandas de música. 2 já mais que centenárias e a outra com mais de meio século e, quantos compositores, maestros e executantes de nomeada aí produzem o seu trabalho, sem que alguém lhes dê oportunidade de demonstrarem o seu virtuosismo e sem que a «nossa» televisão divulgue a riqueza cultural que cada uma dessas bandas encerra.

O nosso alerta não é mais que o testemunhar a todos quantos de uma forma tão desinteressada são os suportes das tradições e dos conhecimentos populares, e, por outro lado, fazer chegar ao Ministério da Cultura a realidade das diversas organizações culturais de índole local, particularmente das bandas de música, que é urgente revitalizar e.

em muitos casos, fazer renascer. O Sr. Ministro da Cultura, através de um discurso e de um programa genericamente apoiado e que mereceu o nosso aplauso, deverá implementar a acção do seu Ministério levando o seu dinamismo e o apoio necessário às instituições que são, afinal, a própria transparéncia do povo que somos.

*Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Reigoto.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como agricultor que também sou não posso deixar de comungar com todos os agricultores do distrito de Vila Real, porque conheço, sinto e vivo os seus problemas, a tristeza, desalento e desespero que nesta hora nos amargura a alma, porque fomos duramente castigados pela geada, que nas noites de terça e quarta-feiras passadas, danificou, queimando, as nossas sementeiras, pomares e vinhedos.

Que maneira tão injusta, ímpia, cruel e descaridosa actua por vezes a natureza para fazer sentir a força da sua existência.

Os campos norte-centrais, desde Chaves à Régua, passando por Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Santa Marta de Penaguião e de Valpaços a Ribeira de Pena, passando por Murça, Abij, Sabrosa e Mondim de Basto, apresentam um espectáculo desolador e preocupante.

A sua imprevista improdutividade, torna mais penosa, e quase inexistente, a vida dos agricultores, que com as mãos calejadas granjeiam durante meses as suas terras, para apenas em duas noites, já sem suor no rosto mas com lágrimas, verem destruídas as suas colheitas e com elas a recompensa do seu trabalho, o sustento dos seus familiares e o direito de usufruirem de uma vida melhor que a eles é devida e a que também têm direito. Reduziram-lhe assim, inesperadamente, a hipótese de viverem em paz e sossego, a possibilidade de serem mais felizes, ao venderem os frutos das sementes que tão orgulhosamente espalharam pelos campos e sacrificadamente tornaram aráveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito embora tenhamos que reconhecer que o actual Ministro da Agricultura, Sr. Dr. Basílio Horta, e o seu Ministério tenham vindo a praticar uma política sá e dinamizadora, indo de encontro aos reais anseios dos agricultores, tomando medidas não só de protecção e ajuda, como ainda de apoio de incentivo e de justiça, torna-se imperioso pensar, sem demoras, nas seguintes medidas: seguro agrícola anual; compensação real dos produtos adquiridos aos agricultores; bonificação dos créditos a médio prazo, e garantia de escoamento dos produtos agrícolas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desta tribuna dirijo ao Governo e ao Sr. Ministro, Dr. Basílio Horta, em nome dos agricultores do distrito de Vila Real, pedindo-lhe que tome conhecimento da tragédia que caiu nos campos dos agricultores do distrito de Vila Real, da nossa amargura e desgraça, da nossa preocupação pelos dias que se avizinharam, do apoio financeiro que os agricultores mais modestos necessitam de imediato e do nosso carinho e dedicação à terra que desbravamos e amanhemos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sabemos que o Governo nem sempre pode satisfazer todas as exigências de momento, satisfazer todos os males. Mas satisfaz-nos e consola-nos saber, pela confiança que nele depositamos e pela prática precedente, que o Governo manifesta pelos agricultores uma atenção e carinho especiais. Que o Governo dê

resposta urgente às nossas preocupações, continuando a governar superiormente o destino dos agricultores e de Portugal, por muitos e bons anos.

Continuem a demonstrar-nos que sabem e querem dar resposta às nossas necessidades mais prementes, que estão empenhados no nosso desenvolvimento e bem-estar. Não nos digam, apenas, que também somos portugueses, porque de portugalismo já os transmontanos e os seus agricultores deram, dão e darão sobejamente provas.

*Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Lara.

O Sr. Sousa Lara (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de trazer ao conhecimento de VV. Ex.<sup>as</sup>, um conjunto de assuntos, de algum modo dispersos, mas que, sendo de acuidade manifesta, se enquadraram perfeitamente na ordem de trabalhos de hoje.

Começarei pelo concelho de Elvas, um dos principais cartões de-visita que temos para apresentar a quem vem de terras de Espanha.

E quem chega a Elvas depara com o depósito disciplinar, o antigo Forte da Graça, que tendo inegáveis potencialidades de utilidade turística, merecia outro aproveitamento mais adequado.

Depara ainda com o Fortim de Santa Luzia, junto à estrada internacional, que em estado ruinoso não aproveita a ninguém. Fomos informados que poderá vir a ficar devoluto o antigo quartel-general do Comando Militar da Praça de Elvas, o qual, a ser assim, bem poderia ser reconvertido em favor do turismo, da educação, da cultura ou de outra actividade de interesse público.

Ainda em relação a Elvas, fomos informados da extinção do matadouro municipal, sem que previamente se tenha acatulado uma alternativa razoável para servir os pequenos produtores e sobretudo com vista a matanças de apoio ao consumo regional.

Estes têm agora de se deslocar a um matadouro em Estremoz, a 40 km de distância, o que não só vem agravar grandemente os custos ao produtor, pelo acréscimo do preço das deslocações, como e sobretudo permite a intermediários a fixação de valores especulativos de preços a pagar a tais pequenos produtores.

A modernização da rede de energia eléctrica, adaptada às necessidades de todo o perímetro de regadio, com vista ao incremento de explorações pecuárias e hortícolas, é outra das necessidades por que esta terra alentejana clama, com vista ao seu desenvolvimento económico e social.

Gostaria, seguidamente, de me referir ao concelho de Penalva do Castelo, que, muito lamentavelmente, é o único, repito, o único concelho do distrito de Viseu que ainda não proporciona qualquer ano de escolaridade obrigatória para além do ciclo. Mais lamentável ainda é a não previsão de construção de qualquer escola secundária que possa colmatar esta penosa lacuna e discrepância regional. Com uma população estudantil de cerca de 600 jovens alunos entre os que frequentam o ciclo e os estudantes do secundário, Penalva do Castelo merece melhor atenção neste domínio, por quanto, e em caso contrário cada vez maior número de alunos, que por fatalidade tenham nascido em Penalva do Castelo, continuarão a ser obrigados a sair de madrugada de casa para ir estudar a concelhos vizinhos, voltando a casa de noite e ficando, assim, em evidente desvantagem perante a restante população estudantil do distrito. Alterar esta situação não é só um

problema técnico ou de desenvolvimento regional, mas sobretudo a concretização de um direito que tem muito a ver com a qualidade de vida das populações e com a justiça concreta a que o meu partido se sente obrigado.

**Vozes do PPM e PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Finalmente, *last but not least*, bem pelo contrário, Ribeira de Pena.

Há mais de 3000 pessoas vivendo em 15 povoações isoladas, unidas por um miserável estradão, intransitável nas épocas chuvosas, vítimas de todos os efeitos de arrastamento no ciclo vicioso da pobreza que a ausência de uma via de comunicação decente acarreta. Foi já entregue o projecto de construção da estrada nacional n.º 312, prometida para este ano, que une Ribeira de Pena a Boticas. Informam-nos que os processos de expropriação indispensáveis à sua construção, se encontram ultimados.

A construção destes 21 km de estrada, muito longe de ser um luxo ou um favor, constituirá um instrumento de progresso que pode romper a barreira do abandono a que esses nossos compatriotas se encontram votados e que, quer gostemos de ouvir quer não, não têm na prática os mesmos direitos, liberdades e garantias que nós temos.

O meu partido apela encarecidamente para o empenho sincero das entidades responsáveis na solução de todos estes problemas, a qual, estamos certos, fará do nosso país uma terra mais justa e mais humana.

*Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado João Abrantes.

**O Sr. João Abrantes (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tal como por todo o país também o distrito de Coimbra reflecte a crise em que este Governo nos vai aceleradamente mergulhando.

Em todos os sectores é patente a degradação das condições sociais: nos campos, nas cidades, agravam-se os padrões de vida dos trabalhadores e nas fábricas, multiplicam-se os ataques do patronato, traduzidos no não pagamento de salários, despedimentos, encerramento de fábricas, alienação de património.

No sector agrícola, os preços de alguns produtos são estabelecidos, tarde e a más horas, já com as sementeiras e plantações em estado adiantado; no entanto, aumentam no consumidor, quando já estão entregues ao industrial, sem que o produtor tire desses aumentos qualquer benefício.

Não há garantia do escoamento das produções ou como aconteceu com a ervilha (recentemente introduzida), com o pimento e com o feijão verde, a fábrica que contratou a produção pagou tarde em 1980 e deve 22 000 contos de 1981 a mais de 1000 agricultores. Trata-se da Geal, na Figueira da Foz, onde o Estado é o maior accionista (38 % de acções da Gelmar) e onde ainda não foi feita qualquer intervenção para liquidar as dívidas e solucionar a situação de falência provocada na empresa.

O subsídio ao gasóleo, instituído em vésperas das eleições de Outubro de 1980, com a promessa de vir a ser pago de 6 em 6 meses, só em Março de 1982 começou a ser pago o de 1981, com acentuados cortes de verbas, sem que haja motivos para tal e muito menos que aos agricultores sejam explicadas as razões da redução.

Provavelmente, no fim do ano, já que vai pelo menos haver eleições autárquicas, os agricultores irão receber o rebuçado do que agora lhes foi extorquido, adicionado ao subsídio de 1982. Aguardemos para ver!

Os produtores florestais continuam a aguardar as prometidas indemnizações das matas destruídas pelos fogos; não têm parques para recolha da madeira queimada, cujos preços nem sequer dão para o corte; sem qualquer critério de justiça são atribuídos 16 500 contos a somente 5 dos 17 concelhos do distrito de Coimbra, quando os prejuízos são mais de 45 000 contos só nesses concelhos.

A este propósito eu próprio apresentei em 8 de Janeiro passado um requerimento ao MACP no sentido de saber se essas indemnizações iriam ser estendidas aos restantes concelhos do distrito de Coimbra e das medidas que já tinham sido tomadas para que a CP pague os prejuízos causados por um incêndio provocado pela automotora da linha da Lousã.

As indemnizações dos prejuízos provocados pelas geadas ocorridas na região de Condeixa-a-Nova em 1980 só agora começaram a ser avaliadas, depois do parecer favorável do Provedor da Justiça e após recusa do MACP que afirmava estarem os prejuízos cobertos pelo seguro agrícola.

Em Tábua, contudo, continuam sem resposta as reclamações dos agricultores para o pagamento de prejuízos idênticos.

O Complexo Avícola de Coimbra, com todo o equipamento do Centro de Classificação de Ovos foi vendido recentemente e para breve está já anunciado pela Junta Nacional dos Produtos Pecuários o encerramento do Centro de Classificação de Ovos do Porto. Curiosamente o Governo, pelo Decreto Regulamentar n.º 49/81, de 15 de Outubro, determinou que a venda de ovos passa a ser obrigatória, praticamente em todo o país, com a sua classificação. É evidente, pois, tratar-se de uma manobra que, além de atentar contra a saúde pública, visa colocar os produtores avícolas nas mãos de meia dúzia de grandes industriais, com centros de classificação privados.

De facto, nada está legislado que obrigue esses industriais aceitar os ovos dos pequenos produtores e grossistas (seus concorrentes) para classificar, sendo certo que são eles afinal quem garante o abastecimento do mercado, terão que submeter-se aos preços que lhes forem impostos e receberão quando aqueles quiserem.

É inadmissível que se crie legislação (que até se assemelha à da CEE) — que os Srs. Deputados da maioria aqui têm defendido tantas vezes — que envolve a necessidade de criação de mais centros de classificação de ovos para o cumprimento dessa legislação e posteriormente se provoque a alienação e encerramento dos centros oficiais existentes. É algo que não conseguimos perceber — ou talvez percebemos!

O subsídio do arroz — cultura que ocupa mais de 8000 dos 15 000 ha do Vale do Mondego — atinge, só no distrito de Coimbra, um débito de 89 600 contos; tarda a ser pago, apesar das promessas feitas, decorrentes dos protestos da lavoura. Para além disto, e apesar de ser a única produção com médias superiores aos níveis mundiais, defende o Gabinete de Planeamento da Direcção Regional da Beira Litoral do MACP — responsável pelo pagamento do subsídio do arroz — que já no próximo ano o subsídio seja pago apenas a 5000 ha (considerados bons para produção). Ficariam sem direito ao subsídio mais de 3000 ha do Vale do Mondego «para os quais seriam imediatamente indicadas culturas alternativas», mas não se indicam quais. Os novos preços do arroz em casca, 20\$70/quilograma, foram estabelecidos sem negociação com as organizações da lavoura e representam um aumento de 20 %, enquanto que os factores da produção subiram-

incomparavelmente mais: só o *Ordrum*, monda química do arroz, subiu 70 %.

O aumento do preço do leite para 19\$/litro não corresponde a uma subida real, pois com a elevação do teor butiroso, o preço é reduzido em \$30/litro.

Aumentam as rações para além dos 12 % estipulados na lei e a sua qualidade, por ausência de fiscalização, continua a degradar-se.

O contrabando do gado centra-se, agora, na compra de reses novas, o que poderá vir a provocar, a médio prazo, rotura no abastecimento; os preços são o que se sabe no produtor, mas os aumentos não cessam no consumidor, com descarado benefício para os intermediários: a Junta não garante o escoamento, paga tarde e a más horas. O caos!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em recente visita que efectuei ao concelho da Figueira da Foz, também aí pude constatar e confirmar os efeitos ruinosos da permanência da AD no poder.

O Hospital Distrital da Figueira da Foz é o exemplo mais vivo do que acabo de afirmar: trabalha-se ali nas piores condições humanas e o Hospital tem já encerradas duas enfermarias de cirurgia e o serviço de obstetrícia vai fechar.

Quase tudo resulta do mau estado do terraço do corpo principal e sempre que chove a água inunda todos os serviços, escorre de um piso para o outro, provoca a queda de tectos (já foi ferido um doente), levanta os tacos dos soalhos, inutiliza redes eléctricas e aparelhos caríssimos, danifica sistemas de águas e aquecimento.

Há ainda os graves problemas motivados pelo grande movimento que o Hospital tem, devido à larga área que serve e ao elevado número de utentes que atende. Nem a dedicação dos seus funcionários — os dados estatísticos do Hospital estão a nível cimeiro no país e são comparáveis aos níveis europeus — consegue superar as enormes carências e evitar a degradação dos serviços e das próprias instalações. O Hospital começou por assistir 6000 doentes em 1975 e em 1980 passou para mais de 40 000, com tendência para aumentar.

A lavandaria que foi equipada para lavar roupa de 80 camas, já o faz para 185, o que levou ao ponto de rotura: as máquinas existentes avariam frequentemente o que provoca corte de fornecimento de roupa aos serviços, que pode vir a ser total se não forem tomadas medidas urgentes. Os trabalhadores têm que ser transferidos para outros serviços por problemas de falta de saúde contraídos na lavandaria.

A Direcção-Geral das Construções Hospitalares comprometeu-se há meses, perante a gravidade da situação, a impermeabilizar o terraço e reequipar a lavandaria, trabalhos orçados em 10 700 contos, mas em Março último a direcção do Hospital recebe ofício comunicando-lhe que não há verba e que se deve dirigir à Secretaria de Estado da Saúde.

Claro que há muito mais: a construção da estação de tratamento de esgotos desde 1976 que se arrasta e ainda não será este verão que deixará de se presenciar o triste espectáculo das fossas rebentadas a espalhar o seu conteúdo e mau cheiro perto da praia.

Há serviços por abrir e já criados (pediatria) e muitos outros que deveriam e poderiam ser criados para suprir necessidades assistenciais na região.

Requeri ao MAS, no seguimento do alerta lançado pelos trabalhadores comunistas no Hospital, mas a urgência da situação justifica renovar-mos aqui esse alerta.

Ainda no sector da saúde o Hospital Rovisco Pais, na Tocha, concelho de Cantanhede, também está em acelera-dada degradação. Apenas 10 % das suas instalações estão a ser aproveitadas, devido à diminuição da doença para que o Hospital está especificamente destinado: a lepra. De 1200 doentes que chegou a internar e tratar, hoje apenas 120 estão em asilo, em 2 pavilhões dos mais de 20 que o Hospital possui. Os restantes estão a degradar-se rapidamente por inaproveitados, tal como toda a área de 140 ha de quinta onde se localizam.

Desde 1973 que vários grupos de trabalho têm vindo a procurar soluções para o aproveitamento das instalações, mas até hoje nenhuma foi encontrada. Entre as várias hipóteses ressaltam: apoio aos hospitais centrais de Coimbra, Centro de Terceira Idade, Hospital Psiquiátrico, Centro de Recuperação de Alcoólicos e Drogados, secções de ortopedia e traumatologia, etc.

Na demorada visita que fiz ao Hospital pude aperceber-me das preocupações da comissão instaladora, o que levou a requerer ao MAS que medidas vai tomar para ultrapassar esta situação.

Também os Hospitais Concelhios de Soure e Condeixa-a-Nova não funcionam por motivos vários: o de Condeixa está bem equipado para pediatria, oftalmologia, obstetrícia e raios X, mas não tem quadro hospitalar aprovado.

As situações que actualmente se vivem em várias empresas do distrito de Coimbra levam-nos a concluir que estamos perante um programa pré-estabelecido de atentado aos direitos fundamentais dos trabalhadores e lesivo da economia nacional. Os casos são muitos.

A Matugal, fábrica de calçado de Tentugal, em expansão, com encomendas de 135 000 pares de sapatos, admissões previstas de mais de 50 operários, inicia despedimentos sem qualquer justificação, retira as máquinas e vai ser vendida.

A Avigado, na Figueira da Foz, fábrica de rações em que por substituição da administração (não apoiada por 10 dos 13 accionistas presentes numa reunião) está parada por falta de aquisição de matéria-prima. Foram vendidos 3 camiões de uma outra fábrica da empresa no Sobral (Santarém) para pagar ao pessoal, mas este não viu o dinheiro e espera há mais de 2 meses pelos salários.

A Vidreira da Fontela onde a administração fechou a secção de ceregrafia e pretende transferir para uma fábrica de confecções da empresa as trabalhadoras que, por se oporem, lhes foi retirado o cartão de ponto e impedidas de entrar na fábrica. Os salários dos trabalhadores da Vidreira da Fontela, que factura 200 000 contos/mês, estão em atraso há vários meses e só agora parece ter sido encontrada uma solução, graças à determinação da luta dos trabalhadores.

São ainda as situações de despedimentos, salários em atraso, ameaças de encerramento na Efanor (Paleão-Soura), na Forvel, em Cantanhede, nas confecções Montanha, na Acutex e na Eurofato (Oliveira do Hospital), na Fiaco, em Coimbra, e tantas outras.

Por tudo isto e por muito mais e que por falta de tempo fica por dizer se demonstra o que de início afirmamos: a ruinosa gestão do Governo AD em todos os sectores, por todo o país.

Por tudo isto, e por muito mais que todo o povo conhece, sente e clama, se torna imperiosa a sua substituição por um governo democrático que sirva a maioria do povo português.

*Aplausos do PCP, da UEDS, do MDP/CDE e do deputado António Arnaut (PS).*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Martins.

**O Sr. Oliveira Martins (ASDI):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Infelizmente no domínio das questões do património cultural e do ambiente continuam ainda a ser necessários os gritos de alerta e as boas vontades de escuteiros ou bombeiros voluntários, quando a cada passo se vêem ameaçados valores que julgariam intocáveis, mas que o espírito do lucro e a falta de senso podem comprometer a cada momento, quando menos se esperaria.

Vimos falar da situação que se vive presentemente na vila de Sintra que tanta tinta tem feito correr — mas que, pelos vistos, não é a suficiente — que permita, de uma vez por todas, que aquele magnífico património paisagístico, ambiental e cultural seja finalmente deixado em paz e salvaguardado.

Continua a pensar-se que Sintra suporta tudo, e esquece-se, afinal, a peculiaridade desta vila de contos de fadas que melhor tem sido apreciada pelos estranhos do que por nós próprios.

E cabe esclarecer que Lord Byron é apenas um dos muitos cantores da serra e da ambiência moçárabe-cristã-romântica que não tem paralelo entre nós...

As mãos criminosas continuam, porém, a destruir Sintra. Deus sabe com que intenções, enquanto alguns se propõem tornar a vila num supermercado de belezas falsas, transformando o belo em *Kitsch*, e arrasando o que pode haver de característico e de autêntico. Segundo esses, ficarão talvez para amostra as chaminés do Palácio da vila, rodeadas de muito cimento e vidro, num espaço vazio de tudo — de tudo o que vale a pena, e de tudo o que faz parte da Sintra que aprendemos a amar.

E é lamentável que seja necessário estar constantemente a chamar por medidas de protecção e pela intervenção do poder central quando o bom senso deveria prevalecer e quando deveriam estar definidas com a devida clareza as zonas de interesse histórico, de modo a que não pudesse existir nem chantagens ou pressões, nem constantes derrogações dos princípios mais elementares que muitos parecem querer fazer esquecer deliberadamente.

Só um tipo de raciocínio virado para o imediato e para o esquecimento dos valores mais elementares da cultura e do senso comum podem justificar, porém, aquilo que agora parece anunciar-se em Sintra e que representa mais um gravíssimo e irremediável atentado.

Pense-se só na destruição do conjunto romântico da Estefânia, inaugurado durante a Regeneração, e a implantação do caminho de ferro por D. Pedro V para ceder lugar, em termos de projecto, a um edifício de 8 pisos destinado a um centro comercial! Tudo isto na zona da «correnteza», onde se respira a onda criativa dos romances de Francisco Costa e do miradouro, mais coisa, mais coisa, menos coisa...

E com sorte, talvez amanhã seja o Parque das Merendas, depois de amanhã a Volta do Duche; um outro dia qualquer alguém se lembrará de plantar gigantescos painéis publicitários a caminho do Castelo dos Mouros, etc....

E é assim que a Associação de Defesa do Património de Sintra nos diz, preto no branco, que «querem destruir todo um conjunto de casas do fim do século passado, muitas delas com lindíssimos tectos pintados, que deviam ser recuperadas». Cito palavras de um elemento da própria Associação.

Para quem como nós está ligado por laços muito estreitos a Sintra, e em especial à Estefânia e ao seu

sortilégio comunicativo de uma enorme riqueza cultural, este alerta não poderá deixar de calar fundo.

Estão a destruir a vila. Há quem se proponha vender Sintra aos retalhos... Tudo isso ouvimos a cada passo. Mas, em lugar da mobilização e da revolta, presenciamos a indiferença de uns e a estranha conciliação de outros.

Felizmente que os serviços culturais da Câmara Municipal, compostos por gente de elevada competência e sensibilidade, se pronunciaram contra tal aberração. Mas, pelo contrário, não deixa de ser preocupante que verifiquemos já a afirmação de responsáveis camarários que se propõem fazer pura e simplesmente esquecer esse incômodo parecer negativo. Há mesmo quem diga que o tal mamarracho de vidro e cimento, independentemente de ser valor arquitectónico que não está em causa, é uma belíssima obra de arquitectura — como se as apreciações estéticas nada tivessem a ver com o contexto, com o ambiente e com a concepção urbana original...

Em lugar de pequenas moradias, teríamos escritórios e comércio; em vez do sossego meditativo, teríamos um movimento incomportável com a zona, tal como se encontra concebida espacialmente, substituindo a presença vetusta do autor da *Garça e a Serpente*, pela manga do alpaca *nouvelle vague*, olhando-se no espelhado dos vidros do enorme centro comercial...

Mas diz alguém (que decerto desconhece a Estefânia, talvez com a mesma intensidade com que outros a podem conhecer) que o bairro fundado em 1855 não sensibiliza, ao contrário de Vila Velha. Que estranha conclusão, a quem esquece que a vila tem beleza devido ao seu casamento íntimo, sem muros nem barreiras, quase sem se dar por isso, com a imponência altaiva da Serra, onde dorme olhando a harmonia de tudo, esse emigrante inveterado e incansável que se chamou Ferreira de Castro.

Meios de defesa? A zona protegida do Parque Natural de Sintra não abrange a vila. Por outro lado, Sintra não está classificada como conjunto de interesse cultural e paisagístico no seu todo, o que concede discricionariedade absoluta à Câmara, mesmo para fazer tábuas rasas da decisão dos serviços culturais...

E pasmemos ainda ao verificar que também o miradouro da correnteza será destruído em nome dos altos interesses de um parque automóvel gigantesco, de um terminal de camionagem, de uma esplanada para admirar o cimento e os vidros e para sorver serenamente o monóxido de carbono de camionetas e automóveis.

Isto, para não falar ainda na destruição de uma fiada de casas mais adiante, ainda para a construção de blocos de 6, 7 e 8 andares, que invadirão toda esta área, incluindo o complexo de edifícios da Misericórdia que servirá de magnífico tapume definitivo a todos quantos cheguem à estação de Sintra e que ainda poderiam ver o Castelo dos Mouros...

Estranhamente, muitos falam dos novos edifícios e da nova imagem daquilo que já alguns chamam «Vila Nova» com arranha-céus a acantonarem-se no sopé da Serra como se se tratasse de algo adquirido e decidido. Talvez ancorados na vitória alcançada na zona velha quando se permitiu a construção do Hotel Tivoli-Sintra, num local que brada aos céus e que os amantes queriozianos jamais perdoarão a quem permitiu o sacrilégio de dar o golpe de morte a esse modesto mas sentido lugar de peregrinação que era o Hotel Nunes... E uma morte inglória e triste que cedeu lugar a uma massa informe e amorfá de hotel incaracterístico e deslocado de um determinado discurso arquitectónico não nos pode fazer agora esquecer a necessidade e elevarmos

bem alto um brado que permita salvarmos a Sintra que aprendemos a amar e que deve ser salvaguardada.

Iremos assistir impávidos a esta onda de destruições? Nada nos restará fazer para salvar ainda o que pode ser objecto de salvação?

O alerta aqui está! Oxalá que o oiçam e que o bom senso prevaleça!

*Aplausos da ASDI, do PSD, do PS, do PPM e da UEDS.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, seria agora a vez da UEDS usar da palavra, mas, como não há inscrições, vai fazê-lo o MDP/CDE.

Entretanto, em virtude de ter que ir conferir posse a alguns membros da Comissão Nacional de Eleições e do CNAEBA, terei que me ausentar da presidência, pelo que peço ao Sr. Vice-Presidente Tito de Moraes o favor de me substituir.

Não queria fazê-lo, porém, sem lhe exprimir, em nome pessoal e no desta Câmara, toda a satisfação que sentimos por o vermos recuperado dos incómodos de saúde que o afastaram alguns dias dos nossos trabalhos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Taborda.

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Tito de Moraes.*

**O Sr. António Taborda (MDP/CDE):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No lugar da Apúlia, sede da freguesia do mesmo nome, concelho de Esposende, distrito de Braga, existe uma infra-estrutura social de enorme importância para a região. Trata-se de uma das várias colónias de férias existentes no país que, instalada em edifício apropriado, foi utilizada durante uma dezena escassa de anos e muito abaixo da sua capacidade de resposta, já que apenas servia durante os meses de verão a grupos de cerca de 200 crianças por quinzena.

Esta situação manteve-se até 1975.

A vinda de retornados e outros cidadãos obrigou à utilização do edifício como solução de emergência para albergar diversas famílias.

Acontece que, meia dúzia de anos após a adopção desta medida excepcional, não se vislumbra qualquer acção governamental que vise por fim a uma situação que só acarreta prejuízos, sob todos os aspectos.

Efectivamente, quanto ao alojamento das cerca de 90 pessoas, repartidas por 18 famílias, instaladas no referido edifício, a «solução» adoptada só pode entender-se dentro de um quadro de emergência e, por isso, em óbvias condições de precariedade. E isto por razões de diversa natureza.

Quanto à instalação das famílias, estas encontram-se, na sua quase totalidade, a viver nas camaratas que foram divididas por paredes de madeira em vários compartimentos (um para cada família), aí permanecendo, dormindo e cozinhando.

A Colónia possui uma cozinha de tipo industrial que não está a ser utilizada e obviamente se degrada cada dia que passa. As fossas sépticas que se destinavam a tratar um certo volume de dejectos, cedo ficaram saturadas, originando uma situação sanitária preocupante, não só para os actuais utentes da Colónia como para toda a população da área ou que por lá passa diariamente. Só mais tarde foi feita nova fossa que possibilita, embora precariamente, que todos os dias se faça a bombagem dos dejectos acumulados, de umas para outras.

Há muitas famílias que vivem a expensas do Fundo de Desemprego, sendo constituídas por pessoas válidas e que, eventualmente, exerceram já diversas profissões. Ora, a Apúlia é quase exclusivamente uma região agrícola sem qualquer possibilidade de oferecer empregos diversificados ou não. Gerou-se, assim uma certa acomodação a uma situação dramática que se projecta nas crianças. Esta forma de «viver» de uma parte dos adultos oferece à população trabalhadora da região um quadro que não abona a dignidade das pessoas afectadas por uma tal situação.

O quadro pode até apresentar uma leitura extremamente negativa para quem apressadamente julgue o que se passa: a de uma comunidade parasitária enquistada num meio pobre e muito activo na sua intensa faina agrícola, sargaceira e piscatória.

Com o arrastar desta situação, o edifício degrada-se visivelmente dia após dia e milhares de crianças da região estão impedidas de colher os benefícios de uma permanência junto ao mar durante os meses de verão.

Pelas razões expostas, a situação não tolera qualquer adjamento. Dada a complexidade de um problema cuja solução passa pelo prévio alojamento condigno das famílias instaladas na Colónia — alojamento que tem de ser feito de acordo com os interessados, dado que alguns deles podem estar a título precário a exercer uma profissão na Apúlia ou próximo desta terra — é indispensável, por todos os motivos que a resolução de tão grave problema passe por uma iniciativa do Ministério dos Assuntos Sociais junto das autarquias da região.

Considerando os concelhos de Esposende, Barcelos, Braga, Famalicão e Guimarães, a que se poderiam juntar, pelo menos, os de Vila Verde, Amares, Fafe e ainda Vila do Conde e Póvoa de Varzim, é fácil verificar, do ponto de vista quantitativo, como seria reduzido o encargo autárquico de instalar em cada uma das autarquias 2 ou 3 famílias que hoje «vivem» em situação tão precária na Colónia de Férias da Apúlia.

Fazer o levantamento da situação dessas famílias e encontrar o acordo delas para a sua instalação na região ou fora dela, está perfeitamente ao alcance de todos os interessados.

A partir do momento em que o edifício fique apto a cumprir a função social para que foi construído, haveria que fazer o estudo da sua ocupação integral ao longo do ano, privilegiando as autarquias que ajudassem a resolver a situação actual.

Assim, poder-se-iam definir 3 épocas para a sua ocupação: outono e inverno para a terceira idade; primavera para as crianças dos 3 aos 5 anos, desde que acompanhadas por um familiar; Junho, Julho, Agosto e 1.ª quinzena de Setembro para as crianças dos 6 aos 12 anos e jovens de passagem (1 a 2 dias no máximo).

Com carácter permanente (pelo menos fora do período estival) poderia haver uma sala destinada aos idosos da Apúlia.

*Aplausos do MDP/CDE e do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guerreiro Norte.

**O Sr. Guerreiro Norte (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A educação num regime democrático constitui um problema fundamental já que o desenvolvimento do país e do seu povo não pode assentar unicamente no crescimento quantitativo, mas também ser acompanha-

do do crescimento do capital humano necessário à realização pessoal de cada cidadão. Por isso, a riqueza de um país reside fundamentalmente na inteligência e no saber dos seus membros, tornando-se indispensável assegurar a todos uma igualdade de oportunidades. Quer isto dizer que quaisquer que sejam as condições económicas e sociais do aluno, o prosseguimento dos seus estudos só deverá ter como factores impeditivos as suas reais capacidades, aptidões e interesses.

Ora, para atingir o *desideratum* acima referido, para além de outros factores, impõe-se a necessidade de existência de escolas funcionais e material didático apropriado; e este problema deverá resolver-se em estreita colaboração entre as autarquias e o Governo Central, evitando assim decisões teóricas em resposta a problemas essencialmente práticos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A minha intervenção tem como finalidade alertar esta Assembleia — e por seu intermédio o Governo — da panorâmica negativa que constitui a rede escolar do distrito de Faro, quer no que diz respeito à insuficiência do número de escolas e inconveniente adaptação, quer ainda da falta de apetrechamento, tão necessário à melhoria das condições humanas e materiais dos alunos.

Propomo-nos focar apenas os aspectos mais gritantes e que pela sua premência exigem das autoridades competentes uma resposta adequada.

É o caso da Escola Preparatória de Vila Real de Santo António, com 610 alunos, a funcionar em 2 edifícios que distam cerca de 500 m, não reunindo nenhum deles as mais elementares condições, uma vez que são adaptados.

É do nosso conhecimento que a Direcção-Geral do Equipamento Escolar está em contacto com a Câmara e com os Caminhos de Ferro Portugueses, no sentido de legalizarem a aquisição de um terreno para a construção de uma escola nova. Baseados em dados indiscutíveis, alertamos o Governo para a necessidade absoluta de a nova escola entrar em funcionamento pelo menos no ano lectivo de 1984-1985 e com uma capacidade para 30 turmas.

A Escola Preparatória de Faro, com 1726 alunos, encontra-se desde 1977 em situação de ruptura, tendo sofrido durante este ano lectivo uma ampliação de 5 salas (pavilhões pré-fabricados).

Conjugando a necessidade da criação de uma nova escola preparatória, com a situação difícil em que se encontram as duas escolas secundárias de Faro, está prevista a construção de uma escola preparatória com unificado a entrar em funcionamento em 1983-1984. Só que, para o efeito, as obras já deveriam estar iniciadas e em fase adiantada, o que não acontece, comprometendo isto irremediavelmente os objectivos desejados e pondo em causa a forma pouco expedita como as Direcções-Gerais do Equipamento Escolar e das Construções Escolares têm tratado o assunto.

Quanto a Loulé, prevê-se para o próximo ano lectivo a entrada em funcionamento de uma nova escola preparatória, que entretanto já não comportará a actual população escolar que é de 934 alunos.

É, pois, indispensável que os serviços competentes programem desde já a sua ampliação.

E aqui há que abrir um parêntesis para salientar que Quarteira, povoação que dista 12 km da sede do concelho e com cerca de 10 000 habitantes e uma população escolar apta a frequentar o ensino preparatório de mais de 300 alunos aspira e merece a criação urgente da sua escola preparatória com unificado que deverá apontar para 18 turmas, vindo a beneficiar aquelas gentes e desconges-

tionando a superlotação da Escola Secundária de Loulé, já que os alunos do curso unificado da área de Quarteira, não se deslocariam para a sede do concelho.

Quanto a Portimão, a segunda cidade do Algarve e a mais turística do país, constitui uma vergonha as condições em que funciona a actual Escola Secundária de Teixeira Gomes, sem o mínimo de condições, em edifício adaptado, impondo-se a rápida construção de uma nova escola secundária com a capacidade mínima para 30 turmas e deseável a sua entrada em funcionamento já no ano lectivo de 1983-1984.

Monchique — situação simplesmente caótica. Torna-se urgentíssima a construção de uma escola preparatória com unificado para 24 turmas.

Existe terreno previsto para esta construção. O edifício onde funcionava parte da actividade escolar (1.º ano) e sectores administrativos, foi evacuada em virtude de o mesmo ter entrado em ruínas.

As restantes actividades escolares (2.º ano) funcionam nas Caldas de Monchique em instalações alugadas à ENATUR.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é absolutamente inédito que existam ainda no Algarve 5 concelhos, Castro Marim, Alcoutim, Aljezur, Vila do Bispo e São Brás de Alportel que continuam sem existência de escolas preparatórias!

Note-se que todos os concelhos — repito todos os concelhos — ao norte do Tejo possuem a sua escola preparatória e os poucos concelhos em igualdade de circunstâncias no Algarve e nos distritos do Alentejo têm vindo paulatinamente a ser preenchidos.

É de elementar justiça criar urgentemente as 5 escolas preparatórias nos concelhos do Algarve acima referidos, porque só assim se dará cumprimento ao basilar princípio da igualdade de oportunidades, satisfazendo carências que a evidência dos factos demonstra inequivocamente.

*Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e do Sr. Deputado Oliveira Martins da ASDI.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Adelino Teixeira de Carvalho.

O Sr. Adelino Teixeira de Carvalho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tomo a palavra para expor à Câmara alguns problemas dos muitos existentes no concelho de Vila Nova de Gaia, de cujas principais vítimas são as populações ali residentes.

Considerado o quarto maior concelho do país, poderíamos afirmar que as carências existentes ultrapassam em muito o que seria normal, face às suas dimensões.

Começamos por falar, por exemplo, das carências habitacionais, apontando as estimativas para carências da ordem de 20 000 a 25 000 novas habitações.

Se considerarmos, que a degradação do parque habitacional existente, sobretudo nas zonas de aglomerados mais intensos, se está a verificar a um ritmo verdadeiramente infernal, poderemos concluir que a falta de casas para habitação atinge quase proporções catastróficas no concelho de Vila Nova de Gaia.

No entanto, ainda no sector de carências habitacionais, o problema não fica por aqui. São ainda os tugúrios existentes, onde muitas centenas de famílias, por carências económicas, muitas, e por não ter a alternativa, outras, disso fazem o seu abrigo, sem o mínimo de condições humanas, quer do ponto de vista de espaço, quer do ponto de vista higiénico, quer do ponto de vista moral.

Importa salientar que se as carências e as degradantes situações habitacionais no concelho de Gaia são enormes, em resultado desta situação decorre todo outro conjunto de problemas sociais que aos deputados cumpre denunciar e exigir das entidades públicas, em geral, e do Governo, em particular, que encare com urgência as soluções que se impõe para obviar a tão graves consequências.

De facto, são muitos os casos em que a promiscuidade provocada pela falta de condições habitacionais são tantas e tão graves, que jamais poderão deixar de ser tomadas na devida conta.

Muitas famílias, compostas por 3, 4, 5 e mais pessoas, comem, convivem e dormem em tugúrios de apenas uma ou duas divisões.

São situações destas que geram muitas vezes o começo de males sociais, que tantas vezes as entidades públicas tentam reprimir sem aprofundar as causas da existência do mal e, sobretudo, não tomando medidas para eliminar a raiz que está subjacente.

Refiro-me, como é óbvio, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a este tipo de habitação, onde se misturam pais e filhos, irmãos e irmãs, que conduzem às situações de ociosidade e empurram as pessoas para a prostituição e para a droga.

Se passarmos ao sector dos transportes, verificamos também aí da falta de condições, cuja situação tem de ser rapidamente encarada. Assim, em muitos casos verifica-se a sua inexistência em zonas das freguesias do interior, o que obriga as populações à deslocação a pé, de distâncias de todo em todo inaceitáveis nos dias de hoje. Por outro lado, eles são excessivamente caros, sem condições mínimas e morosas, nas zonas onde já vão existindo.

Quanto às escolas, são enormes os problemas existentes. Escolas cuja capacidade foi projectada para determinado número de alunos estão hoje com uma população que triplica a capacidade inicialmente prevista.

Nestas condições os alunos não podem ser devidamente instalados. Os resultados escolares aí estão, não só em Vila Nova de Gaia — que reconheço não é uma situação especial, mas do país —, cuja situação do insucesso escolar começa a ser, verdadeiramente, escândalo nacional, com os encarregados de educação e os professores a protestarem, e com a passividade do Governo, em particular do Ministro responsável. Importa salientar que esta situação é mais evidente ao nível do ensino preparatório e secundário. Mas são muitas ainda no âmbito do concelho as carências de instalações, para o ensino primário, e falta quase tudo ao nível do pré-primário.

No campo da saúde e da assistência existe outro verdadeiro tormento para as populações. E se é verdade que falta ainda muito para que Vila Nova de Gaia possa usufruir de uma rede de instalações onde os cuidados de saúde possam ser ministrados, importa referir que muito mais grave do que isso são os cuidados prestados.

Muito se tem falado no âmbito da saúde em Portugal e muito em especial neste Parlamento, apetece-me dizer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Deixe-mo-nos de palavras e vamos a obras. As populações não podem continuar a ser tratadas como mercadorias, que se compram, vendem e transportam ao sabor de terceiros.

São muitas as situações em que se precisa de assistência e não ha hipóteses, porque os serviços médico-sociais não respondem em quantidade e qualidade e é preciso estar à espera, em muitos casos, mais de uma semana.

Se se vai ao hospital nunca se sabe quem é o médico e que confiança nos merece, mau grado os custos com que somos penalizados. Quanto ao médico particular ou é

difícil por falta de médico disponível, ou é impossível porque não há dinheiro para pagar a consulta.

Ligado à saúde — falei até ao momento só de saúde curativa — está a degradação da qualidade de vida, provocada pela falta de infra-estruturas, já apontadas, pela falta de habitação, mas também pela falta de uma rede de saneamento básico e pela falta de uma rede de abastecimento público de água.

E se é verdade que quase tudo está por fazer no que respeita à rede do saneamento, no que respeita à água, parece-me o problema ser mais grave. Não tanto pela falta da rede pública em si, mas porque a implantação de habitações e instalação de indústrias, algumas altamente poluentes, em zonas que deveriam continuar a ser protegidas conduzem à destruição maciça das zonas que deviam ser defendidas e provocam o inquinamento das fontes que deviam ser de água potável destinadas ao abastecimento das populações.

Ligando-se com a degradação das zonas a proteger, não posso deixar de denunciar a destruição maciça dos solos cuja aptidão agrícola devia ser mantida e aproveitada, e que estão, de uma forma a que eu chamaria mesmo selvática, a desaparecer e a dar lugar ao aparecimento de concentração de indústrias e construção de habitações.

Outras situações muito graves, neste concelho, são as que se relacionam com os serviços periféricos dos diferentes ministérios.

É o tribunal a funcionar num edifício sem condições, quer do ponto de vista da área, quer das deficiências degradantes, das instalações em que tem de funcionar os próprios serviços. O tribunal encontra-se, de facto, sem espaço, a ameaçar ruína e, muitas vezes, a permitir a entrada das águas da chuva, quando esta cai com maior intensidade.

Acerca, ainda, que no mesmo edifício está a funcionar a Conservatória do Registo Predial, onde, igualmente em condições verdadeiramente inaceitáveis, os municípios de Vila Nova de Gaia perdem horas e horas para poderem ser atendidos.

Os serviços de notariado são outro pandemónio para as populações do concelho, que recorrem, assim: aos serviços de notariado dos concelhos do Porto, de Espinho, da Feira, de Gondomar e até de Matosinhos. Não podem as entidades oficiais continuarem a alhear-se de uma situação de todo em todo inaceitável.

De salientar, por outro lado, os custos das viagens e as ausências aos serviços, a que, para resolverem noutras comarcas o que ali não tem resposta, as populações de Gaia são obrigadas. E fala-se de exigência de rentabilidade e aumento de produção, etc.

Estas questões, no entanto, por várias vezes e por diversas entidades, já foram levantadas e continuam sem resposta da parte do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estes são apenas alguns problemas, que foram tratados de forma muito genérica e com bastante ligeireza, em fase da importância que têm para o concelho de Vila Nova de Gaia e suas populações.

Por falta de tempo, outros problemas ficaram por tratar. Voltarei ao assunto em próxima oportunidade, quer para aprofundar os agora expostos, quer para tratar muitos outros existentes.

Espero que o Governo e a Administração Pública em geral, comecem desde já a encarar as respostas urgentes que se impõe tomar.

*Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, há um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos para ser apreciado pela Assembleia.

Tem a palavra, para o ler, o Sr. Deputado Pinto da Silva.

O Sr. Pinto da Silva (PS): — Srs. Deputados, o relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos, são do seguinte teor:

Em reunião realizada no dia 7 de Maio de 1982, pelas 10 horas, foram apreciadas as seguintes substituições de deputados:

1 — Solicitadas pelo Partido do Centro Democrático Social:

Américo Maria Coelho Gomes de Sá (círculo eleitoral do Porto) por Manuel Eugénio Pimentel Cavaleiro Brandão (esta substituição é pedida para os próximos dias 10 a 17 de Maio corrente, inclusive).

João Lopes Porto (círculo eleitoral do Porto) por Manuel Eugénio Pimentel Cavaleiro Brandão (esta substituição é pedida para os próximos dias 18 a 24 de Maio corrente, inclusive).

Mário Gaioso Henriques (círculo eleitoral de Aveiro) por António Paulo Rolo (esta substituição é pedida para os próximos dias 10 e 11 de Maio corrente, inclusive).

2 — Solicitada pelo Partido Popular Monárquico:

António Borges de Carvalho (círculo eleitoral de Viseu) por João Mateus (esta substituição é pedida para os próximos dias 10 a 12 de Maio corrente, inclusive).

3 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concorrentes círculos eleitorais.

4 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

5 — Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

6 — O presente relatório foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes que formaram maioria.

A Comissão: Secretário, Alexandre Correia de Carvalho Reigoto (CDS) — Secretário, José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — António Duarte e Duarte Chagas (PSD) — Cristóvão Guerreiro Norte (PSD) — Fernando José da Costa (PSD) — Nicolau Gregório de Freitas (PSD) — Valdemar Cardoso Alves (PSD) — Alfredo Pinto da Silva (PS) — Manuel de A. de Almeida e Vasconcelos (CDS) — Luís Carlos C. Veloso de Sampaio (CDS) — Armando de Oliveira (CDS) — Victor Afonso Pinto da Cruz (CDS) — Álvaro Augusto Veiga de Oliveira (PCP) — Jorge Manuel Abreu de Lemos (PCP) — Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (ASDI).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar à votação do presente relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PPM, da UEDS e da UDP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Pacheco Mendes.

O Sr. Rui Pacheco (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desejo aproveitar a oportunidade que se me propõe para dizer algumas palavras sobre o distrito de Coimbra, apenas para relembrar aquilo que todos conhecemos bastante bem.

Coimbra, cidade, sede de concelho e capital do distrito, na província da Beira Litoral, irradiou de um primitivo castro estabelecido numa colina mais alta e sobranceira ao calmo Mondego.

Cidade maravilhosa pelas suas belezas naturais e pelos seus monumentos e igrejas, é ainda maravilhosa pelas lendas que envolvem a sua criação. A sua origem não está completamente conhecida e são várias as versões que dela existem. Querem alguns que ela tivesse sido fundada no local onde ela existe e com o nome de *Colimbria*, sendo seu fundador um filho de um rei do Egito — Osiris —, de seu nome Hercules Libio.

Sendo assim, seria uma velha cidade com 3670 anos, pois Hercules Libio viveu em 1788 antes de Cristo. Para esta tese concorre a existência de uma torre pentágona que existiu à porta do Castelo e que sempre foi conhecida por Torre de Hercules, na margem do Mondego também conhecida por Campo de Hercules. Nessa famosa Torre estava a seguinte inscrição *Quinaria Turris Herculea Fundata Manu*.

Outros pertendem que fossem os colimbrios, 308 anos antes de Cristo; outros afirmam que o seu primeiro nome foi *Colimbriga* e que fora fundada em Condeixa-a-Velha; e há mesmo quem assevere que Colimbría e Colimbriga são povoações diferentes. Seria Colimbría a Coimbra de hoje.

Esta última tese alicerça-se nas afirmações de André de Resende e João Vaseu que dizem que no 8.º Concílio de Toledo, realizado em 652, aparecem dois bispos, cada um da sua Coimbra, porque na província Lusitana havia duas cidades com o mesmo nome. Esta tese encontra-se explicitada na *Crónica de Espanha*, capítulo 10.º Lá aparecem as referências aos Bispos *Celindonius*, *Episcopus Colimbricensis* e *Sisebertus. Collibricensis Episcopus*.

Se não fora complicada já esta tese, mais longe me levariam as considerações sobre *Conimbriga* fundada por um tal Brigo, rei de Espanha, em remotas eras. Poderíamos tecer ainda considerações sobre as palavras *briga* e *conim*, palavras celtas, ou sobre as palavras *collis* e *imbrum*. Mas deixemos isto para outra oportunidade e para especialistas da matéria. Agora fiquemos por estes maravilhosos documentos que nos permitiram navegar no campo das hipóteses históricas e embrenhem-nos na história mais recente que nos trouxe aqui.

Coimbra foi uma cidade que nasceu de grandes convulsões e foi muitas vezes presa de invasões. Os selingos, os alanos, os suevos, os visigodos e os vândalos são exemplos. Há mesmo quem diga, com certa graça, que os vândalos ainda por lá se escondem. Teve uma relativa paz no reinado de Hermenerico, rei dos suevos, que governou a Lusitânia. Várias vezes mudou de dominador — desde os godos até à dominação moura de Al Boacem, alcaide, e até Allamah que foi vencido por Raimundo I de Leão, em 850.

Depois da reconquista, em 862, por Afonso Magno de Leão e Castela, esteve sob domínio cristão 123 anos, caindo, em 895, em poder do infiel. Em 1604 voltou para o domínio cristão, com Fernando I de Castela.

O primeiro foral foi-lhe concedido por Afonso VI, imperador das Hespanhas — foral de 1085 e com grandes privilégios. Em 1110, confirmado os foros e regalias dadas por seu sogro, D. Henrique aumenta-lhe os privilégios com mais dois forais. D. Afonso Henriques e D. Manuel tudo confirmaram e ampliaram, ainda, os forais, respectivamente em 1179 e 1516. D. Manuel, em 1503, e D. João III, em Março de 1538, dão-lhe duas sentenças de foral. Como se vê Coimbra foi em tempos uma povoação altamente considerada.

Apetece-me agora transcrever de Marques dos Santos — na sua obra *Coimbra e Arredores* os períodos que se seguem:

Antiga residência das cortes portuguesas, rainha esbelta do lendário rio Mondego, que a seus pés caminha tranquilo; local onde se iniciaram e firmaram os primeiros estudos universitários do país; Lusa-Atenas dos literatos, dos poetas, dos doutores: repositorio inesgotável de mil paisagens surpreendentes e encantadoras, e cofre precioso onde mil tesouros artísticos repousam, Coimbra marca na vida portuguesa víncos de mãe espiritual, arrastando à contemplação e aos estudos das suas riquezas, naturais e artísticas, milhares de nacionais e estrangeiros.

Mas, Coimbra não é só paisagem: Coimbra situada numa região do Mondego com solos fertilíssimos onde se cultiva o milho, a vinha e as árvores de fruto, deseja ser a terceira cidade do país. Com 434 396 habitantes no censo de 1980, com 17 concelhos e com uma zona de planície mais rica, e uma zona interior mais pobre, de montanha, o distrito vive ainda de algumas fábricas de moagem, papel, vidros e cerâmica.

São importantes as extrações de carvão (no Cabo Mondego), volfrâmio, estanho, etc. A actividade piscatória concentra-se na Figueira da Foz e Mira. Com todas estas riquezas e com a força dos homens poderia Coimbra ser a mais explendosa e rica cidade depois de Lisboa e Porto.

**Uma voz do PSD:** — Já é a terceira cidade do país!

**O Orador:** — Tem a imprensa feito eco da insatisfação dos seus filhos e pena é que se não tenha tirado partido da vontade de colaboração de muitos deles e da sua vontade de dialogar.

Tem sido Coimbra apontada como pólo principal da região centro e do seu desenvolvimento depende o ritmo do seu próprio progresso e, por arrastamento, do crescimento da própria região.

No âmbito regional — e até nacional —, há que considerar a posição central de Coimbra como nó de comunicações. Geralmente aceite para redes urbanas, como as portuguesas, o limiar, mínimo, de cerca de 100 000 habitantes para que uma aglomeração possa desempenhar funções de capital regional, verifica-se (pelo estudo da evolução da estrutura populacional, e do ponto de vista do potencial demográfico), que não deverão surgir importantes estrangulamentos e que esse limiar deverá ser atingido sem dificuldades de maior, embora haja o risco de perdas demográficas importantes, face à emigração para outras zonas do país ou para o estrangeiro, pelo que urgem medidas de retenção populacional.

Sob o ponto de vista do ensino existem cerca de 200 universitários por cada 10 000 habitantes, contra números muito mais baixos relativos a Lisboa ou mesmo ao Porto. Sabe-se que cerca de 40 % da população de Coimbra é estudante de um dos graus de ensino; que 50 % da população de Coimbra (total) ou é aluno ou professor ou empregado de algum estabelecimento de ensino. Daqui a importância dos tipos de apoio à cidade e à sua zona desde as estradas à habitação, a serviços de tipo comercial ou outros tipos de serviços pessoais.

Mas não nos podemos esquecer das grandes assimetrias concelhias, onde os fossos entre uns (o caso de Cantanhede e Montemor-o-Velho) e outros é tremendo e notório. De resto, a situação carencial de equipamento é generalizada e mesmo o «turismo de passagem» não é de tendência a fixar-se e a auxiliar a economia da cidade.

Um estudo aturado da zona no aspecto demográfico facilmente nos deixa entender o binómio Coimbra-Figueira da Foz e mostra-nos logo a flagrante falta de intensidade de tráfego rodoviário e a rudimentar rede urbana do sul dos campos do Mondego, o que nos revela um sintoma declarado de uma incipiente de desenvolvimento, mas que deixam adivinhar, adormecidas, potencialidades de crescimento económico desde que haja um ordenamento territorial sábio.

A população da zona de Coimbra tem direito de exigir uma gestão correcta e o concelho tem a obrigação de lançar-se no planeamento, num desafio que deverá fazer a si mesmo e que não pode ignorar. Este desafio passa pela decisão de enfrentar e expandir a cidade, rasgando novas artérias e vias de acesso, implantando equipamentos, solicitando a colaboração da iniciativa privada, proporcionando mercado de mão-de-obra para fixação de novas populações, erguendo habitações, tudo isto não apenas com a fátua intenção meramente económica mas, transcendentemente humana, de promoção e cultura superior.

A universidade pode e deve ser com a sua intervenção um elemento fecundante de uma tarefa criadora e guarda do património de carácter cultural e científico.

Queria acabar, lembrando que Coimbra tem uma importância singular pois está fora da influência de Lisboa ou Porto. É um aglomerado de grande importância, dentro da nossa pobre rede urbana. A sua situação é estratégicamente a meio do país, mas esta situação aparece prejudicada pela falta de boas ligações para o interior oriental.

O ataque ao problema das vias transversais na latitude poderá estimular a sua vida e a relação leste-oeste no país. O protelamento levará à asfixia, a vincar ainda o poder atrativo de Lisboa e Porto. Coimbra será sempre uma sub-região desarticulada.

Estas considerações não podem esconder o trabalho aturado a que se têm votado as pessoas interessadas pelo desenvolvimento do distrito. E que poucas são essas pessoas ... A nova auto-estrada, o açude, e pouco mais, são de facto muito pouco para o tanto que se necessita. Continuamos a acreditar nos homens, mas estamos a ficar descrentes nas capacidades de resolver os problemas mais urgentes e graves.

«O apoio à investigação e à preparação de profissionais no domínio do planeamento, da divulgação de cultura e dos princípios cívicos que devem informar uma sociedade em rápida reconversão socio-profissional e em acelerada fase de urbanização» (como diz Costa Lobo) é tarefa que devia ter sido de ontem. Hoje já vai atrasada.

*Aplausos do CDS, do PSD, do PPM e do Sr. Deputado Manuel da Costa do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Moreira.

**O Sr. Manuel Moreira (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A reconstrução, o desenvolvimento e o progresso do país — numa palavra, a mudança de Portugal, passa e muito, pela resolução dos problemas e satisfação das carências a nível local e regional, dando assim às populações uma vida mais digna.

**O Sr. Guerreiro Norte (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — É pois sobre questões importantes de ordem local e regional, designadamente do distrito do Porto, pelo qual fui eleito deputado, que me proponho hoje aqui tratar na Assembleia da República, levando-as ao conhecimento de todos os Srs. Deputados, do Governo e do país, e exigindo que as mesmas venham a ter o tratamento rápido, justo e adequado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por focar um assunto que nos últimos meses tem sido notícia na comunicação social, trata-se da construção da Central Térmica de Amorosa. Como é sabido, em Agosto de 1981, a Câmara Municipal de Viana do Castelo recebeu o anteprojecto de uma central termoeléctrica, a carvão, que a EDP se propunha construir a 4 km da cidade.

Teria a central uma potência de 1800 mW, e seria instalada numa zona onde a população vive essencialmente da agricultura e da pesca. A reacção dos autarcas e da população do concelho não se fez esperar, repudiando de forma muito viva e determinada, a implementação de tal projecto. Em face da inviabilização da construção da central térmica em Viana do Castelo, surge de imediato a hipótese da sua construção no Douro, muito próximo da actual Central Térmica do Outeiro. E como é óbvio esta hipótese preocupa agora altamente a população do distrito do Porto, e também ela não aceita a concretização deste projecto, como os seus legítimos representantes locais, já o começaram a manifestar publicamente, caso concreto da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, que demonstrou grande indignação ao tomar conhecimento de tal hipótese.

Segundo estudos, uma central com metade da potência que estava prevista para esta, lança diariamente no ar 20 000 t de anidrido carbónico, 30 t de dióxido de enxofre, 70 t de óxido de azoto e 40 t de ácido clorídrico, etc.

A população do Porto, os seus autarcas e eu próprio como deputado pelo círculo do Porto, não queremos de modo algum que a bacia hidrográfica do Douro se transforme num «cano de esgoto» ...

**O Sr. Guerreiro Norte (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... e que o ambiente fique gravemente mais poluído do que já está. Por isso não aceitamos a construção de tal central termoeléctrica a carvão no Douro.

Um outro assunto que traz preocupada a população do Porto, é a eventual transferência da Feira Popular, cuja organização pertence ao Governo Civil do Porto, e que anualmente se tem realizado nos jardins do Palácio de Cristal, por concessão de autorização a título precário, por parte da Câmara Municipal do Porto, para o Parque de Campismo da Prelada. O principal argumento aduzido, para justificar esta transferência, é degradação constante de ano para ano, a que se vem assistindo naquele belo recinto do Palácio de Cristal.

No entanto, quero aqui deixar muito claro, que não é com um erro que se soluciona outro erro.

O Parque de Campismo da Prelada, pertencente à Santa Casa da Misericórdia do Porto, dado ser um parque de elevada funcionalidade, que ao longo de 20 anos de serviço, foram introduzidas importantes melhorias e que actualmente outras estão em curso, e ainda por constituir uma unidade ecológica de grande riqueza, tanto em termos de flora como de fauna ornitológica, impõe-se por isso a sua defesa dentro de uma política de preservação das nossas riquezas e potencialidades aos mais diversos níveis.

**O Sr. Guerreiro Norte (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — O referido Parque possui características que granjearam uma grande reputação em Portugal e no estrangeiro, estando em permanente valorização.

Por outro lado, o Parque de Campismo é utilizado ao longo de todo o ano por um movimento ascensional, que oscila entre os 80 000 a 90 000 campistas.

O Parque da Prelada é rentável e muito útil, pois canaliza para a cidade do Porto um elevado número de turistas de acordo com os números atrás referidos, que ali deixam as suas divisas, na ordem dos 40 000 a 50 000 contos anuais, tão necessários à recuperação da situação económica e financeira do país.

Faço votos para que os responsáveis pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, se oponham intransigentemente à tal transferência, e que seja encontrada pela entidade responsável pela organização, do parque de diversões estival, os terrenos adequados para a sua instalação, salvaguardando assim, simultaneamente, os jardins do Palácio de Cristal e o Parque de Campismo da Prelada.

**O Sr. Guerreiro Norte (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É totalmente incompreensível o atraso verificado na elaboração do projecto da fase seguinte, do Instituto de Oncologia de Francisco Gentil, no Porto, o qual já devia estar elaborado e em execução. Em face de tal atraso, solicito ao Governo, através do Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes, que averigüe rapidamente qual a razão do referido atraso na elaboração do projecto e que o mesmo seja ultimado no mais curto espaço de tempo e consequentemente implementado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tem a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, ao longo dos últimos anos, efectuado diversas diligências junto do Governo, no sentido de que todo um conjunto de serviços periféricos do Poder Central deixe de funcionar em instalações do património municipal e de constituir encargos e outros prejuízos para a gestão municipal. Refiro-me em concreto ao Tribunal Judicial, Conservatória do Registo Predial, Conservatória do Registo Civil, Centro de Saúde, Delegação Escolar, Delegação Policial, Postos da Guarda Nacional Republicana (em Canidelo, Valadares, Arcozelo e Carvalhos) e à 10.ª Esquadra da Polícia de Segurança Pública.

**O Sr. Guerreiro Norte (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Torna-se fundamental e urgente que o Governo tome as medidas necessárias, para que os referidos serviços sejam condignamente instalados em edifícios próprios e assim o Município seja libertado de encargos

que lhe não competem e para vir também a dispor de mais alguns espaços para os seus próprios serviços que igualmente bem carecidos estão, dada a exiguidade das suas instalações, pois trata-se do quarto Município do país, com 300 000 habitantes. Faço ressaltar pela sua importância e prioridade, deste conjunto de carências de instalações, a construção do futuro Palácio da Justiça de Vila Nova de Gaia, promessa há muito feita ao concelho, e um dos principais anseios da população, que apesar das muitas diligências efectuadas pelos órgãos municipais, ainda não é uma realidade. Apelo daqui, mais uma vez ao Governo para que tal obra venha a iniciar-se a curto prazo, dado ser uma das grandes carências do concelho.

Quero também abordar aqui outro assunto, importante principalmente, para o concelho de Gaia e para todo o norte do país, que já foi alvo de um requerimento da minha parte ao Governo, em 30 de Junho de 1981, mas ao qual não obtive resposta. Trata-se da Clínica Heliântia, situada em Francelos, em Vila Nova de Gaia; esta clínica estava vocacionada para a especialidade de ortopedia, e era um dos dois únicos centros de saúde particulares existentes no país, onde principalmente se praticava a alta cirurgia da coluna, e em especial o tratamento cirúrgico da escoleose, astroplastia da anca e luxações congénitas — mas na qual também se faziam operações fora desta especialidade. Esta clínica fechou o ano passado devido a ter sido vendida ao Banco Português do Atlântico, o qual projecta transformá-la em centro de reciclagem de pessoal.

A Clínica Heliântia era uma unidade particular, mas de utilidade pública dado ter dado um grande apoio aos serviços médico-sociais, ajudando-os a suprir algumas deficiências, sendo cerca de 80 % dos doentes nela assistidos enviados pelos referidos serviços.

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — Muito bem!

**O Orador:** — O encerramento da Clínica Heliântia, constitui uma enorme perda para o sector da saúde, designadamente na assistência à população de Gaia, do distrito do Porto, do norte, e porque não dizê-lo, do próprio país.

Também não posso deixar de aqui dizer que o edifício da clínica tem um valor arquitectónico e artístico consagrado e insere-se numa zona verde, que pelo seu interesse ecológico também importa preservar.

Torna-se imperioso que o Governo através do Ministério das Finanças e do Plano e da Secretaria de Estado da Saúde, desenvolva todas as *démarches* necessárias, para recuperar a Clínica Heliântia, para o sector da saúde do nosso país.

Igualmente urgente se torna ainda dentro deste campo da saúde que o Governo tome as medidas adequadas à recuperação das instalações do antigo Sanatório Marítimo do Norte, de forma a dotar o Centro Hospitalar de Gaia, no qual ele se integra, de um hospital ortopédico, para total benefício da população.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No campo do ensino, Vila Nova de Gaia, através dos seus responsáveis autárquicos, tem feito todos os esforços de forma a cobrir o concelho de uma rede de instalações escolares, de molde a satisfazer a grande camada da população escolar existente. Mas ainda está muito aquém do desejável e necessário, por isso se impõe continuar esse esforço, o qual tem sido um dos principais objectivos da

anterior e actual Câmara Municipal. E para que esse objectivo venha a ser totalmente atingido, torna-se fundamental e urgente a construção dos edifícios das Escolas Preparatórias dos Carvalhos, de Canelas e do Meiral, em Canidelo. Para isso solicito daqui à Secretaria de Estado das Obras Públicas, à Direcção-Geral do Equipamento Escolar e à Direcção de Construções Escolares do Norte, para que a adjudicação das empreitadas de construção das novas instalações para as referidas escolas, se faça no mais curto espaço de tempo, dado já haver atrasos consideráveis em relação a alguns prazos que estiveram previstos, para a sua efectivação.

Sendo Vila Nova de Gaia, muito proximamente, como estou convicto por vontade desta Assembleia da República, uma futura cidade, não se pode aceitar que as instalações da sua estação, estejam com o aspecto deplorável. Já por diversas vezes a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, tem solicitado ao conselho de gerência da CP, obras de reparação, conservação e limpeza das instalações da Estação das Devezas, que bem carecidas estão delas.

Como deputado e munícipe de Gaia, apelo daqui ao conselho de gerência da CP para que realize urgentemente as obras de beneficiação da Estação das Devezas, tornando-a uma moderna e funcional estação, digna de uma futura cidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para concluir esta minha intervenção, vou abordar um dos principais problemas com que infelizmente se debate o nosso país — o da falta de habitações. Vila Nova de Gaia, como não podia deixar de ser, não foge à regra, a sua população debate-se igualmente com esse grave problema. Existe a falta de 20 000 casas, para satisfazer as necessidades do concelho.

Julgo que para resolver progressivamente, mas de forma determinada e cabal esta importante carência, torna-se imperioso que haja um grande esforço conjunto, com planos arrojados, por parte do Estado, da iniciativa privada e cooperativa, no sentido de se construir o maior número de fogos possível, que permita que todos os portugueses possam ter direito a uma casa condigna para nela viverem como autênticos seres humanos.

*Aplausos do PSD, do CDS e de alguns deputados do PS e do MDP/CDE.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Mendes.

O Sr. José Manuel Mendes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Decorre esta sessão sobre problemas regionais e locais num momento em que urge intensificar a luta pela defesa da democracia, ameaçada que ela vem sendo pelo assomo do autocratismo, da incapacidade de administração dos interesses públicos, por uma política de descalabro. Também nas áreas do poder local — ou sobretudo aí — se faz sentir a mão tenebrosa da AD: não é apenas a fraude às autarquias através do não cumprimento da Lei das Finanças Locais: não é apenas a palafrenária chilra dos debates sobre regionalismo, de todo em todo divorciados duma concepção justa de descentralização e reforço da capacidade decisória das populações: é o cortejo impressionante de carências, a desvalorização de gritantes exigências económico-sociais e culturais, o renovar duma visão macrocefalizadora, tantas vezes megalómana, como aquela que caracterizou os defundos anos da era fascista.

Esboçar aqui, no escasso tempo de que disponho, o perfil, ainda que rugoso e breve, das precariedades de todo o jaez que as populações do distrito de Braga conhecem,

mesmo não esquecendo nem esbatendo quanto foi possível realizar após a madrugada, em Abril, das nossas esperanças, é um libelo à prática insustentável duma acção governativa, a da AD, que elege a casta dos privilegiados como sujeito da história e tabernáculo das suas devoções.

Impõe-se que vos fale das escolas que não há; daquele estabelecimento de ensino secundário, em Vila Nova de Famalicão, que, tendo sido outrora uma cadeia, ainda hoje mantém as grades e os sinais de ergástulo, condicionando psicologicamente os estudantes, dando-lhes, de certo modo com amarga verdade, uma metáfora da administração Balsemão/Vítor Crespo: a educação encarcerada, o realgemamento das elementares liberdades de aprender e ensinar.

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Impõe-se que não cale a legítima aspiração das populações de Barcelos a uma escola agrícola, tanto mais justificada e urgente quanto é certo tratar-se de um enorme concelho — o maior do país — produtor de leite, vinho, carnes, cereais e outros espécimes congénères. Que não enfermize a revolta dos pequenos agricultores, sempre e sempre preteridos (na razão directa do inflamado das discursatas oficiais), debatendo-se com a sistemática negativa às suas mais ingentes reivindicações; por exemplo: paga-se-lhes o leite pela letra C (com preço flutuante), permobilizador de todo o arbitrio, de toda a injustiça, em lugar de se optar pelas letras A e B. Dizem eles: atendendo a que 11 l de leite, mesmo considerado relaxado, dão, sensivelmente, 1 Kg de queijo, e que a cooperativa adquire cada litro a montantes que oscilam entre \$90 e 10\$, a letra C acaba favorecendo a indústria manteigueira e os mixordeiros.

Por outro lado, prossegue o ataque aos baldios, urdido por todas as formas. Não se vê o descongelamento imperioso das verbas provenientes dos 60 % que cabem a cada conselho directivo sempre que há venda de madeiras. Em inúmeros casos, quando, ao terminar os seus mandatos, os conselhos directivos procedem, nos termos legais, a eleições, abre-se uma situação afrontosa: as autoridades competentes não homologam as novas estruturas directivas, ou fazem-no tarde e a más horas, depois de degradado o clima de confiança indispensável a um labor proficiente.

Impõe-se que condene, sem complacência, a incúria de quem permite que um lugar da freguesia de Taíde, Póvoa de Lanhoso, permaneça isolado do resto da população, uma vez que, destruída pela tempestade há mais de 4 anos, a ponte sobre o Ave não foi ainda reerguida; a incompetência da gestão pública dos que, ocupando os poderes central e local, mantêm suprimidas algumas essenciais carreiras do Vale do Tâmega entre Arco de Baúlhe e Liberação, em detrimento das necessidades dos povos de Basto, com relevo para os estudantes e os militares, gravemente prejudicados pela inviabilização da linha que os servia em horários vitais e possibilitava uma melhor ligação com os comboios do e para o Porto; impõe-se que denuncie a existência de dolosos crimes ecológicos contra o rio Cávado, reiterados e impunes, pela extracção de areias que chegam a criar poços de várias dezenas de metros de profundidade. As populações já se viram na contingência de recorrer à acção directa, cientes do alcance do atentado, mas não lograram ainda qualquer apoio por parte do Governo. Que terá a dizer o emblemático Ministério da Qualidade de Vida ou o seu partido de sustentação, para lá do fraseado demagógico, a quadros como este?

Mais pergunto: para quando prevê o Executivo da AD o início da nova ponte sobre o rio Cávado, em Barcelos, dia

após dia tornada mais urgente pelo aumento do tráfego de ligação a diferentes pontos do distrito de Braga, a Trás-os-Montes, ao litoral e à fronteira, a que a actual e velha ponte não dá o escoamento minimamente aceitável? Para quando a conclusão das casas do Fundo de Fomento da Habitação, um tanto por todo o lado, em Guimarães, no Bairro da Emboladura e no Plano Integrado da Conceição, em Vila Nova de Famalicão, em Cabaceiras de Basto? Para quando a formulação de justos critérios de distribuição dos fogos? Para quando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma política habitacional que responda às chocantes carências do distrito e do país? É um escândalo sem nome o que ocorre neste domínio. Uma afronta às potencialidades de Abril. Um espelho da catadura antipopular da AD. Uma aberração a que importa por termo sem demora.

Urge que a minha voz dê expressão à angústia das famílias de Arosa-Cavez, vitimadas no último inverno, que aguardavam as medidas que o Governo enunciou pressuramente, em maré de efeitos fáceis, mas não realizou ainda; urge dê voz à indignação, ao sofrimento, à insubmissa amargura dos trabalhadores têxteis despedidos, com contratos a prazo, reprimidos como nos mais escuros tempos da ditadura fascista por um patronato que, na sua maioria, ostenta uma formação troglodítica e um vezo antioperário digno de antologias do horror. O mesmo patronato que, noutras sectores das actividades económicas, pauta a sua conduta pelas normas da violência capitalista de classe, à revelia das leis ou apoiado nelas, naquelas que, sob a tutela das forças retrogradistas, vieram e vêm inverter os comandos constitucionais e o adquirido de Abril.

Gostaria que a minha voz, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pudesse ter sido neste precário e escasso tempo, a força da luta das populações de Braga por uma vida melhor. Fique certo de que, traçado o perfil do desencanto e da penúria, da falência da política que vimos sofrendo, tudo está mais maduro para que se tomem as medidas urgentes: a demissão deste Governo e a possibilidade da criação em Portugal de uma nova capacidade governativa, de uma capacidade governativa capaz de levar Abril a todas as hipóteses e a todas as esperanças do nosso povo.

*Aplausos do PCP, do PS e do MDP/CDE.*

**O Sr. Jaime Ramos (PSD):** — Dá-me licença, Sr. Presidente. É para um protesto.

**O Sr. Presidente:** — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, Sr. Deputado Jaime Ramos.

**O Sr. Jaime Ramos (PSD):** — Sr. Deputado Manuel Mendes, para que uma pessoa seja levada a sério tem que utilizar sempre a seriedade na argumentação, que não foi aquilo que se verificou em grande parte da sua intervenção.

É que quando, por exemplo, refere a Escola Secundária de Vila Nova de Famalicão e fala nas grades e atira as culpas para a AD, o Sr. Deputado sabe tão bem como eu que esta Escola já funciona nessa prisão há vários anos, ainda antes do 25 de Abril. Nenhum governo tirou essas grades e não vamos agora acusar este governo por tudo o que falta fazer no país. A não ser que o Sr. Deputado tenha pensado — e esteja frustrado por isso — que a AD iria para o governo e resolveria, por milagre, tudo o que é necessário, no país, que nós faríamos tudo de maneira a que nunca mais seria preciso governo e deixaríamos o país no mais perfeito paraíso.

Se o Sr. Deputado votou na AD por essa razão, estava enganado.

Nós não prometemos tanto. O que prometemos iremos cumprir.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Ah! Leão!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado José Manuel Mendes deseja contraprotestar, mas o seu partido não dispõe de tempo.

No entanto, a UEDS concede-lhe 1 minuto. Tem V.Ex.a a palavra.

O Sr. José Manuel Mendes (PCP): — Muito obrigado aos companheiros da UEDS. Eu darei uma breve resposta.

O Sr. Deputado Jaime Ramos habituou-me há uns meses nesta Assembleia a um comportamento comedido e correcto mas nos últimos tempos tem vindo, completamente, a distorcer essa imagem.

A sua intervenção foi a demonstração de ter perdido um excelente momento para ter ficado calado.

Quem vestiu os óculos cor-de-rosa e se pôs na patusca posição do Dr. Pangloss foi a sua AD, no momento em que se apresentou perante o povo português com uma larga cópia de promessas eleitorais, que não só não cumpriu como subverteu, por inteiro, uma vez chegada ao poder.

Aquilo que o Sr. Deputado Jaime Ramos aqui disse, um pouco titubeante e cambaleantemente em defesa da sua dama, o Governo, é pouco menos do que confrangedor.

Se os governos anteriores não tiraram as grades da Escola de Vila Nova de Famalicão e se o Governo da AD é essa supra maravilha que os senhores constantemente arrogam — e, a meus olhos, essa super desgraça que o povo português conhece —, porque é que então o seu Governo não tirou as grades no momento próprio e se não serviu desse acto, absolutamente indispensável, para provar que, para além do mais, era lúcido e atínia às necessidades fundamentais?

O problema é outro, Sr. Deputado Jaime Ramos. É que os senhores, ao terem a Escola de Vila Nova de Famalicão como têm, acabam de dar a este país uma imagem metafórica profunda da vossa própria política governativa.

É uma política que para além dos discursos se faz através de grades: cria, germina, lança, coloca em toda a parte grades. Grades que inclusivamente vimos no Porto, veremos noutros lugares e que poderão atingir não apenas aqueles que trabalham e lutam contra a AD, mas o próprio pensamento de quem aqui, e em qualquer lugar, se bate pelo futuro, pelos ideais livres, pela liberdade, pela democracia.

*Aplausos do PCP, da UEDS e do MDP/CDE.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Verdasca Vieira.

O Sr. Verdasca Vieira (PS): — Sr. Presidente. Srs. Deputados: Costuma dizer-se que o sol quando nasce é para todos. No entanto, embora nasça mais cedo no interior do nosso país nem por isso o calor do progresso aí chega.

O interior, continua cada vez mais distante do litoral, quer em distância, porque as vias de comunicação são más, quer em desenvolvimento sócio-económico ou cultural, embora o interior tenha grandes potencialidades que não têm sido aproveitadas.

Irei concretamente referir-me ao distrito de Bragança, distrito com uma grande superfície, mas com uma popula-

ção relativamente baixa por quilómetro quadrado, dado que desde sempre o seu povo foi obrigado a emigrar.

Podemos dizer que hoje os naturais de Trás-os-Montes estão espalhados por todo o mundo, e que só a região de Lisboa tem quase mais transmontanos que o próprio distrito, razão pela qual um natural de Bragança dizia para um filho que vinha para Lisboa: «Nunca digas em Lisboa que és transmontano, não por vergonha, mas sim porque os outros podem não o ser.»

Não vou debruçar-me sobre as necessidades do distrito, que vão desde a saúde, instrução, saneamento básico, meios de comunicação, mas sim falar de algumas potencialidades que podem e devem ser aproveitadas para o seu desenvolvimento.

O distrito, além das suas gentes honestas e laboriosas e que grandes vultos têm dado ao nosso país, tem no seu subsolo riquezas não exploradas tais como o ferro, tungsténio, talco, marmores, alabastro e outros.

No entanto o distrito continua a ser apontado como o mais pobre do país e por consequência da Europa, porque quem nos têm governado pouco ou nada tem feito por ele.

Uma das riquezas já explorada, mas que em nada ou quase nada contribuiu para o seu desenvolvimento, são as barragens onde a energia é produzida, mas cujos lucros ficam para o distrito.

Outra que necessita ser explorada, é concretamente o minério de ferro de Moncorvo.

Esse minério foi utilizado já pelos árabes e romanos, mas no entanto só no século XIX um subdito alemão se interessou por ele.

Em 1972 criou-se uma sociedade anónima, mas em 1977, pela Resolução de 5 de Agosto do I Governo Constitucional, reuniram-se todas as concessões e foi criada a Empresa Pública da Ferrominas com o objectivo de pesquisa e exploração do ferro de Moncorvo.

As reservas de ferro correspondem a cerca de 612 milhões de toneladas de ferro, a céu aberto, e diversos técnicos nacionais, alemães e suecos fizeram a pedido da Empresa um estudo de viabilidade económica, tendo chegado à conclusão que o projecto é rentável podendo produzir 190 milhões de toneladas de concentrado peletizável e uma economia de divisas de cerca de 3 milhões de contos/ano.

Por despacho do Ministro da Indústria e Energia n.º 30/80, de 24 de Junho, foi aprovado o projecto, ficando no entanto condicionado ao estudo do transporte a utilizar entre Moncorvo e a Siderurgia ou seja fazer-se a opção entre via férrea ou fluvial o que até agora não foi esclarecido.

Pelo VII Governo Constitucional o projecto foi dotado com 200 000 contos do OGÉ e autorizado a um investimento de 920 000 contos, o que nunca foi confirmado.

Criaram-se expectativas, pensou-se que o ferro iria finalmente ser extraído, contratou-se pessoal, fizeram-se estudos investiram-se os 200 000 contos e quando se esperava o despacho dos prometidos 920 000 contos, apareceu em sua substituição um ofício do Secretário de Estado do Planeamento dizendo que o projecto da Ferrominas tinha sido adiado.

Houve imediata reação das populações e dos seus representantes autarcas, mas nada conseguiram. Mais uma esperança se perdeu, e uma vez mais o povo de Trás-os-Montes, viu adiado um projecto que teria um impacto extraordinário para o seu desenvolvimento.

Com efeito a região tem vivido até agora quase exclusivamente de uma agricultura bastante pobre, ocupando cerca de 21,7 % de terras, quando apenas 6 % tem aptidão

agrícola. A indústria é incipiente com empresas em que a média de trabalhadores é cerca de 4,4 %.

As perspectivas de outras extrações mineiras são escassas, dado não haver conhecimento completo dos jazigos, embora o distrito seja rico noutros minérios como já referi.

O produto interno bruto da região por habitante é de 7 688\$, sendo portanto inferior à média nacional que é de cerca de 20 000\$.

Pode dizer-se que a região ultimamente tem vivido quase só de emigração e que é graças às reservas enviadas que o PIB da região tem aumentado e podemos dizer ainda, que apesar de emigração há subemprego.

Sem o arranque definitivo da exploração de ferro de Moncorvo toda a perspectiva de desenvolvimento que tem sido um factor de grande esperança sem perda.

Está calculado que os postos de trabalho temporários para o funcionamento das minas será de cerca de 4500 homens/ano e que os postos de trabalho temporários em actividades complementares se estima em 1375 homens/ano, que a massa salarial distribuída pela Ferrominas será da ordem dos 70 000 contos e que a massa salarial distribuída por empreiteiros será de 780 000 contos.

Serão extraídos cerca de 2 800 000 t de ferro que produzirão cerca de 1 500 000 t de concentrado.

A perspectiva do impacto no desenvolvimento da região, dá que o valor acrescentado líquido representará cerca de 46 % do PIB da região.

Com toda esta massa salarial distribuída a estrutura económica da região irá alterar-se profundamente, pois terão que ser criadas actividades induzidas (serviços, obras públicas, habitações) contribuindo assim para o seu desenvolvimento.

Para satisfazer toda a procura de bens e serviços terá que ser desenvolvido o ensino, o sector de saúde, comunicações, criar actividades recreativas e culturais, criar infra-estruturas industriais com rede de abastecimento de águas e energia, acessos rodoviários e ferroviários e uma zona industrial para pequenas indústrias de apoio ao projecto.

Por tudo o que fica dito, além de economia de cerca de 3 milhões de contos/ano em divisas, se vê o alcance do projecto e o que o mesmo representa para o desenvolvimento da região.

Perante o ofício do Sr. Secretário de Estado do Planeamento, não ficaram indiferentes as autarquias locais e por isso pediram os esclarecimentos públicos necessários sobre as verdadeiras causas do adiamento, dado que além dos gastos da Ferrominas, havia já uma relativa quantidade de empreendimentos, privados e públicos, que só serão necessários com a mina a funcionar, tais como pequenas unidades industriais ligadas à construção civil, metalomecânicas e hoteleiras.

Quantos esforços, quantas esperanças não ficam pelo caminho com este adiamento.

Mas será só adiamento?

Não haverá vontade política?

O adiamento ou a não realização do projecto irá comprometer uma boa parte do interesse nacional na realização da actual ampliação de Siderurgia Nacional.

O Sr. Secretário de Estado da Indústria disse numa reunião sobre o desenvolvimento de indústria siderúrgica no Estoril que o Governo iria investir no plano siderúrgico nacional e que seriam aproveitadas as pirites alentejanas e o ferro de Moncorvo.

Se assim é qual a razão do adiamento que trás apreensão a população do Nordeste, os obriga a gastar dinheiro e a perder as esperanças?

Defina-se de uma vez por todas, ou se arranca ou se abandona o projecto, mas neste caso diga-se porquê.

É incompreensível o atraso que se vem verificando por parte do actual Governo, tanto mais que desde o I Governo Constitucional e todos os que lhe sucederam nunca puseram em causa a concretização do mesmo.

As populações do Nordeste, embora apreensiva, confia que lhe seja feita justiça e que a riqueza que ali se encontra seja aproveitada para bem do interesse nacional e sobretudo para que a sua região se desenvolva e não fique cada vez mais na cauda da Europa.

*Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Morgado.

O Sr. João Morgado (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A zona norte do distrito de Viseu, que integra 11 concelhos ao sul do Douro, constitui um polígono cujo centro é a cidade de Lamego e cujos vértices se situam nos concelhos de Cinfaes, Castro Daire, Penedo e São João da Pesqueira.

Região simultaneamente ribeirinha e montanhosa, desenvolve-se a partir do rio em sucessivos socalcos povoados de vinhedos até atingir a serrania, onde a verdura dos prados contrasta com a imponência da floresta, salpicada, aqui e ali, por enormes formações de rocha granítica.

Contrariamente ao que muitos alguma vez defenderam e pensaram, a natureza não foi madrasta para a região do Douro-Sul. O solo, fértil, o clima temperado e a água abundante, são elementos que só por si, facilitaram e incentivaram, ao longo dos tempos, a fixação dos povos e contribuíram de forma sensível para a viabilidade económica do país.

Sendo das regiões que há mais tempo fazem parte da nação portuguesa, legítimo seria esperar que o seu progresso tivesse acompanhado a sua longevidade nacional, e que as suas potencialidades se encontrassem em permanente desenvolvimento, a permitir às sucessivas gerações a permanência no seu rincão natal, na permuta constante do esforço e da vida pela sua realização pessoal e pelo bem-estar material e moral próprio e dos filhos.

Todos sabemos que isso não aconteceu. À medida que o braço armado português alargava os limites territoriais da nação para o sul e para o litoral, definhava a região durio-beiroa e a maior parte daquelas que passavam a constituir a rectaguarda.

O processo de definhamento foi lento mas progressivo e, em paralelo com o desenvolvimento da região litoral, das ilhas atlânticas e das ex-colónias, caminhava a estagnação e a penúria do interior do país.

O solo porém, continua fértil, o clima permanece temperado e a água continua a abundar.

Mantém-se pois as condições para o arranque acelerado e decisivo do desenvolvimento da região do Douro-Sul.

Ponto é que se empreenda uma viagem de regresso e humildemente se reconheça que as populações do interior sofreram, com estoicismo, séculos de um quase abandono e de permanente expectativa.

Ponto é que, com coragem e sem egoísmo, se reconduzam essas populações a níveis de progresso compatíveis com a era em que vivemos e se acabe, de uma vez por todas, com a abissal distância que separa os dois mundos em que se divide o todo nacional.

Este desiderato não é inatingível em termos de médio prazo. Empenhem-nos nele todos e tudo será mais fácil.

Sr. Presidente. Srs. Deputados: Duas carências fundamentais afligem as populações do Douro-Sul e retardam cada vez mais o seu desenvolvimento: a rede viária e os circuitos de comercialização dos produtos regionais.

Só quem não se deslocou alguma vez a Lamego pode ignorar a deplorável e ultrapassada rede de estradas que serve a cidade e os concelhos circundantes, seja no eixo Lamego-Cinfães, seja no eixo Lamego-Régua-Porto, seja no eixo Lamego-Castro Daire-Viseu, seja ainda no eixo Lamego-Guarda.

As actuais vias de acesso à cidade têm um traçado com mais de 50 anos, dispondo de estreita faixa de rodagem com curvas sucessivas e perigosas que acompanham o traçado sinuoso das encostas onde foram talhadas. O piso, regularmente irregular, apenas tem beneficiado dos trabalhos de prestativos cantoneiros que, com paciência e abnegação, periodicamente tapam os buracos crónicos e outros que para a cronicidade caminham.

As faixas de rodagem, em muitos casos, têm como limites naturais as casas que as ladeiam, com manifesto e grave risco de crianças e outros moradores dessas habitações que não raro são colhidas mortalmente por veículos que aí circulam.

A camionagem de transporte de mercadorias enfrenta as mais sérias dificuldades e evita por isso a utilização dessas vias.

Por outro lado, de há 50 anos a esta parte, não se abriu uma estrada sequer de acesso a Lamego, limitando-se a Junta Autónoma das Estradas a efectuar trabalhos de pavimentação e pequenas correcções das rodovias existentes.

Há dezenas de anos que se reputa indispensável a abertura da estrada Lamego-Tabuaço, cujo projecto se encontra praticamente concluído, mas sem que se antevêja a respectiva execução. E já mais de uma vez essa execução foi pedida neste Parlamento.

A estação de caminho de ferro mais próxima da cidade é a da Régua, que poderia constituir a estação de Lamego se fosse aberta uma via rápida que ligasse ambos os concelhos, reduzindo para metade a distância de 12 km que os separa.

Essa via rápida aguarda concretização. Todavia, actualmente a cidade de Lamego não tem serviço de transportes de passageiros com ligação a alguns comboios e não existe qualquer serviço de camionagem regular para transporte de mercadorias chegadas à Régua nos mesmos.

E outros exemplos poderiam ilustrar a precária situação das ligações rodoviárias da região do Douro-Sul.

Dessa precária situação resulta, como é óbvio, dificuldade na comercialização e escoamento dos produtos regionais, com a consequente subvalorização dos mesmos quando pagos na sua origem.

Assume neste aspecto foros de quase escândalo o que se passa com a comercialização do gado cujos criadores se espalham pela área serrana da região.

Esses criadores vendem a maior parte do seu gado nas feiras e mercados dos concelhos circunvizinhos das freguesias onde vivem. Aí se apresentam como compradores interessados, grupos de intermediários, devidamente organizados, os quais, conhecedores da necessidade dos pequenos criadores em vender os animais, conseguem, por meios ardilosos, adquiri-los a preços que, nem de longe nem de perto, corresponde ao seu valor real e muito menos compensa o trabalho e desvelo dedicado à criação.

Os criadores sentem a exploração de que são vítimas, mas nada podem fazer para evitá-la: a única saída que lhes resta é mudar de actividade.

E é por isso que os filhos dos pequenos criadores de gado da zona serrana de região Douro-Sul não são criadores de gado!

Na maior parte senão na totalidade das feiras e mercados onde o gado é transaccionado, não há sequer uma balança para pesagem dos animais, que são por isso avaliados «a olho» pelo intermediários.

Em nenhum dos concelhos da região Douro-Sul existe qualquer serviço público que assegure a compra das reses ao criador por preço justo, impedindo aos intermediários o aproveitamento do Estado de necessidade económica em que os criadores, na quase totalidade dos casos, se desfazem do gado.

A organização dos criadores em cooperativas torna-se bastante difícil, dada a sua reduzida capacidade económica e o alto custo de instalações de frigorificação que se tornariam necessárias para a sua defesa. Por esta e outras razões, proliferam nas feiras e mercados da região do Douro-Sul, de forma mais ou menos encapotada, grupos de compradores de gado, devidamente organizados, para explorar os criadores.

E isto não aconteceria se organismo para tal vocacionado, proporcionasse aos criadores o escoamento tempestivo e o pronto da sua produção pecuária.

O que se passa com a criação de gado sucede, talvez em menor escala, com a comercialização das frutas e da batata.

O tempo de que disponho não me permite, contudo, abordar esta questão em toda a sua profundidade.

Uma coisa porém não quero deixar de afirmar aqui: ou aos criadores de gado e aos lavradores durio-beirões é assegurado o pagamento dos seus produtos por preços justos e como tal remuneratórios do seu trabalho, ou o envelhecimento da população rural se acelerará rapidamente e sem retorno.

Criar as estruturas para que tal seja possível é obrigação do Executivo, como já o era dos executivos que o precederam.

Sr. Presidente. Srs. Deputados: Não é justo, nem é humano, nem é moral que os jovens da região do Douro-Sul tenham de desenraizar-se do seu torrão se quiserem ascender à promoção económica e social a que, como portugueses, têm direito.

*Aplausos do CDS.*

O Sr. Presidente: — Há algum deputado do PSD que deseje usar da palavra? O PSD ainda dispõe de algum tempo.

O Sr. Jaime Ramos (PSD): — Sr. Presidente, o deputado do PSD que deveria usar da palavra neste momento não está na sala, vou mandar chamá-lo. Em todo o caso, agradecia que se trocasse a ordem de inscrições.

O Sr. Presidente: — Então tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Espadinha. V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de 4 minutos cedidos pela UEDS.

O Sr. Carlos Espadinha (PCP): — Sr. Presidente Srs. Deputados: Saiu hoje no *Diário da República* o Decreto-Lei n.º 161/82, que extingue, sem mais, a SNAPA.

Trata-se de um diploma que vem afectar gravemente o futuro de mais de 700 trabalhadores da região de Lisboa e surge como mais um ataque a um sector fundamental da vida económica do país, o sector das pescas.

É mais um escândalo em cima de muitos outros praticados por este desgoverno da AD!

As medidas escandalosas são tais, o despudor vai a tal ponto que no preâmbulo do decreto-lei se afirma: «conseguir que com a venda dos navios surjam novos postos de trabalho para compensar os que vão desaparecer.»

### *Risos do PCP.*

Com a venda dos navios que postos de trabalho serão assegurados e como?

O Governo foi longe demais e deve ser responsabilizado por todas as consequências que advenham desta vergonha decisão. Pelo nosso lado, não deixaremos de o fazer e anunciamos desde já o pedido de sujeição a ratificação deste decreto-lei, para a qual solicitamos o processo de prioridade e urgência.

### *Aplausos do PCP e do MDP/CDE.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Armando Oliveira. Dispõe de 3 minutos.

**O Sr. Armando Oliveira (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apenas duas palavras pois não sabia que ia dispor deste tempo.

No entanto, não quero deixar de referir um acontecimento em que tomei parte, na passada segunda-feira, na sede distrital de Braga e que reputo de importante para este distrito.

Refiro-me ao facto de, na passada segunda-feira vários deputados por aquele distrito terem assistido, a convite da Associação de Estudantes da Universidade do Minho, à inauguração da 1.ª Semana Académica desta Universidade.

Não queria deixar de assinalar nesta Casa este facto, que é importante para todo o povo do distrito de Braga porque demonstra a vitalidade que tem a Universidade do Minho, é a prova cabal de que ela existe e — como se costuma dizer — tem pernas para andar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pena é que por parte dos vários governos, provisórios e constitucionais, não tenha sido dada a atenção devida à Universidade do Minho, pois, tendo ela iniciado a sua actividade em 1975-1976 com 228 alunos e tendo nesta altura 1500 ou 1600, um corpo docente capaz e um corpo não docente em número suficiente, a Universidade do Minho não tem instalações e os projectos para as novas instalações continuam por ser elaborados.

Durante a inauguração da 1.ª Semana Académica, na passada segunda-feira, todos os deputados que estiveram presentes ficaram sensibilizados tanto com a intervenção do Sr. Reitor da Universidade, Dr. Lúcio Craveiro da Silva, como com a intervenção do presidente da Associação Académica, que chamaram a atenção das autoridades competentes para este facto.

Aproveito, portanto, este dia parlamentar dedicado a intervenções sobre problemas regionais para chamar a atenção desta Câmara e do Governo para a Universidade do Minho a fim de que, no mais curto prazo de tempo possível, sejam elaborados os projectos para as novas instalações desta Universidade.

Não podemos continuar a verificar que as instalações da Universidade do Minho não comportam um maior número de alunos e que o corpo docente não está a trabalhar nas condições mais convenientes. Não é possível — e este é só

um exemplo — fazer uma investigação minimamente decente porque não há espaço nem condições.

Aproveitemos o dinamismo dos estudantes, aproveitemos as boas relações entre estudantes e professores e façamos chegar este alerta ao Governo para que ele dê a atenção devida à Universidade do Minho.

### *Aplausos do CDS, do PPM e de alguns deputados do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Marcelo Curto.

**O Sr. Marcelo Curto (PS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Venho hoje falar nesta Câmara, em breve intervenção de problemas que preocupam o concelho de Azambuja onde sou membro da sua Assembleia Municipal e seu presidente por mandato do povo desse concelho.

Ao longo de quase 3 anos e na sequência do interesse e apoio que o PS deu dos problemas da Azambuja e em que participei activamente, tive oportunidade de viver a luta do povo daquela autarquia pela solução desses problemas e de constatar também que, nos últimos anos, muitos deles não têm sido resolvidos, basicamente devido à falta de verbas, pela falta de cumprimento da Lei das Finanças Locais pelos Governos AD.

Entre muitos exemplos, a Câmara da Azambuja viu-se obrigada a contrair vultoso empréstimo na Caixa Geral de Depósitos para continuar vastas obras de saneamento básico em várias freguesias do concelho, ainda desprovvidos de água e esgotos, uma vez que as receitas esperadas pelo cumprimento da Lei das Finanças Locais não foram permitidas pelos Governos AD.

O concelho tem características rurais, nomeadamente na produção de vinho, mas a sul dispõe de indústrias de montagem de automóveis e alimentares que têm permitido a manutenção de emprego e a fixação de muitos dos originários desse concelho.

Uma das questões que mais tem agitado, desde há vários anos, a população da Azambuja tem sido a integração das suas vinhas na Região Demarcada dos Vinhos do Cartaxo, cujo projecto se encontra em discussão nesta Assembleia.

As organizações de agricultores do concelho pretendem ser ouvidas na fixação da Região Demarcada para que esta Assembleia decida em perfeito conhecimento de causa quanto às zonas e castas a integrar na referida Região dos Vinhos do Cartaxo. Para tal, a Assembleia Municipal aprovou uma proposta que foi enviada a todos os grupos parlamentares desta Câmara e espera-se que a voz dos agricultores da Azambuja seja ouvida pelos Srs. Deputados.

Outra gravíssima questão que provoca constantes protestos na Assembleia Municipal é a configuração dos acessos à auto-estrada do norte, em Aveiras de Cima e na variante de Alcoentre.

Esses acessos foram feitos — e estão a ser feitos — sem desniveis, o que tem provocado acidentes de viação muito frequentes e mortais, como se verificou, aliás, no fim-de-semana da Páscoa, em Aveiras de Cima.

Esta situação deve-se à falta de consideração das entidades competentes pelas soluções que a Câmara Municipal da Azambuja reclamou em devido tempo e tem vindo insistentemente a alertar, perante o desprezo e a negligência do Governo e dos técnicos envolvidos nas obras da auto-estrada, desprezo que vai, presumivelmente, provocar mais e mais graves acidentes em Aveiras de Cima e em Alcoentre.

Este desprezo é também profundamente sentido pelo povo da Azambuja em outras questões importantes. Seja o caso do castro pré-romano de Vila Nova de São Pedro, monumento nacional de grande valor arqueológico de onde foram retiradas, nos anos 50, várias peças e objectos de grande valor, subtraídas não se sabe como, por arbitrio das autoridades fascistas de então e que se encontram no Museu do Carmo, o qual, com explicações pouco convincentes, não as devolve à Azambuja. Ao mesmo tempo, o castro degrada-se sem o apoio das entidades competentes no assunto.

Por último, salienta-se a situação criada pela CP ao retirar, no passado dia 30 de Abril, a cancela e a campainha de aviso da passagem de nível da Azambuja, junto ao campo de futebol, sem qualquer explicação ou pré-aviso à Câmara.

A cancela, a campainha de aviso e a guarda já existiam ali há dezenas de anos e são absolutamente indispensáveis para a segurança das pessoas e bens que com muita frequência atravessam a linha naquele local.

Na verdade, essa passagem de nível dá escoamento a muitos produtos agrícolas da região bem como a pessoas com o fim de desenvolverem a sua actividade profissional.

É evidente que este trânsito se continua a fazer, mas agora, face ao perigo de comboios que surgem a 120 km à hora, numa recta com lomba que impede a visão dos comboios que se aproximam a grande velocidade.

Aliás, logo no dia seguinte à retirada da cancela e campainha de aviso, um tractor ia sendo apanhado por um comboio rápido devido a dificuldades surgidas na passagem do tractor sobre a linha.

A emoção aprovada na Assembleia Municipal da Azambuja, em 30 de Abril passado, foi exigido que a Câmara obtenha, do conselho de gerência da CP, a reposição imediata da cancela, da campainha de aviso e da guarda na passagem de nível da Azambuja e que, ao mesmo tempo, se garanta que, no futuro, se não repitam atitudes arbitrárias da CP como esta.

A atitude de generalizada indignação que detectei em todo o concelho é, pois, do mais vivo repúdio por esta atitude do conselho de gerência da CP, em especial pela falta absoluta de consulta e negociação com os órgãos autárquicos da Azambuja.

Muitos outros problemas que preocupam a população da Azambuja haveria ainda a levantar, entre eles a falta de definição da zona industrial do concelho, por negligência e atrasos burocráticos da Administração Central, quando é certo que existem vários projectos industriais para o concelho que aguardam aquela definição.

Os mais importantes aí ficam expostos e se não se espera especial sensibilidade do Governo AD para contribuir, como lhe compete, para a sua solução — pese embora o populismo eleitoralista da sua campanha para a regionalização —, pela minha voz, a Azambuja e a sua população aqui vem reafirmar que continuará a bater-se pela resolução das necessidades e exigências do concelho, responda ou não este Governo, e exigindo outro governo, outra política de descentralização e apoio à regionalização e ao Poder Local, o que esperamos não demorará!

*Aplausos do PS, da UEDS, e de alguns deputados do PCP.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Goulart, que dispõe de 5 minutos, dos quais 3 foram cedidos pela UEDS.

O Sr. Herberto Goulart (MDP/CDE): — Começava assim uma notícia de um vespertino de Lisboa, do passado dia 27 de Janeiro:

Se um destes dias quiserem assistir à maior demonstração de caos rodoviário não deixem de se deslocar a Sacavém, à ponte do rio Trancão, mesmo ali onde desemboca a estrada que vem da Bobadela e de São João da Talha convergindo para a estrada nacional n.º 10.

É claro que para avaliar melhor o espectáculo, terá que o fazer a hora de ponta. Uma sugestão: faça-o por volta das 8 horas da manhã.

Dizer que os acessos a Lisboa por estrada são um caos, tornou-se um lugar comum, de que se fala com resignação, como uma consequência da causa profunda que é o desenvolvimento desenfreado das zonas suburbanas da capital.

A população do concelho de Loures, que deverá crescer 25 % nos próximos 5 anos, é uma das mais afectadas por tal situação, já que dispõe apenas de ligações rodoviárias, centradas sobre duas estreitas e antiquadas estradas — o chamado «corredor de Loures» e a «estrada velha de Sacavém-Vila Franca de Xira».

Segundo documentos das comissões de moradores, que se têm preocupado com este grave problema para as populações locais, às horas de ponta, no corredor de Loures, chega a gastar-se 1 hora da Póvoa de Santo Adrião a Lisboa ou 2 horas de Loures a Lisboa, enquanto que na zona de Sacavém e Bobadela há troços de estrada onde se chega a viajar à média horária de 1 km.

Com a construção da auto-estrada Lisboa-Malveira, cujos trabalhos se processam, no entanto, com impressionante lentidão, o problema do «corredor de Loures» encontrará uma alternativa que deverá atenuar o seu congestionamento. Até à conclusão desta, pese embora a boa cooperação existente entre a Rodoviária Nacional e a Câmara Municipal de Loures, pouco mais se poderá verificar do que melhorias do pavimento, melhor localização e reserva de espaços para paragens ... e a boa vontade da Brigada de Trânsito da GNR.

Do lado do Tejo, na estrada de Sacavém-Vila Franca de Xira, a tendência para o agravamento do caos rodoviário é maior, já começando a ser difícil distinguir entre horas de ponta e qualquer outra hora diurna.

Com uma intensidade de tráfego de mercadorias muito elevada, pela grande concentração industrial na região e por ser uma entrada para a zona portuária de Lisboa, os diversos e inevitáveis cruzamentos de viragem à esquerda, associados ao estrangulamento na ponte do rio Trancão, impedem que quaisquer possíveis medidas pontuais tenham efeitos significativos.

Perdas de tempo, desgaste nervoso dos utentes dos transportes públicos, bem como dos que se deslocam em viaturas particulares, desperdício de combustível, baixa produtividade dos materiais circulantes, custos adicionais para as empresas da região, diariamente e a qualquer hora afectadas pela morosidade de circulação, são consequências que no fundo se expressam numa autêntica deseconomia social.

As populações das freguesias de Santa Iria de Azóia e de São João da Talha são as mais afectadas. As respectivas comissões de moradores desencadearam no início deste ano um movimento de alerta das autoridades e de procura de soluções, contando com o apoio das autarquias locais.

Duas propostas de solução foram avançadas pela comissão coordenadora, entretanto criada; que são apoiadas

activamente pelas Câmaras Municipais de Loures e de Vila Franca de Xira. Uma delas seria a abertura de um acesso à auto-estrada entre Santa Iria de Azóia e Sacavém, que beneficiaria o trânsito até à Póvoa de Santa Iria.

A outra seria o prolongamento da estrada marginal que termina junto à Estação de Tratamento de Lixos de Lisboa até à estrada nacional n.º 10, para lá de Sacavém, obra que imporia a construção de uma nova ponte sobre o rio Trancão.

Quanto à primeira solução, a de ligação à auto-estrada poderá contestar-se que a auto-estrada se destina a fazer escoar o trânsito de longa distância e que tal via não deve ser desviada para tráfego suburbano.

Mas se se tiver em conta que a ligação da marginal à estrada nacional n.º 10 será obra morosa, a inexistência de outra alternativa justificaria aquela primeira solução, ainda que como medida temporária.

As autarquias, considerando que esta questão tem de encontrar urgentes respostas, propuseram no inicio deste ano ao Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes, à Direcção-Geral de Estradas do Distrito de Lisboa e à Junta Autónoma de Estradas, a realização de uma reunião para se apreciarem aquelas duas propostas de solução.

Até hoje aquelas entidades não deram qualquer resposta.

Tal diálogo é indispensável. O poder central não pode demitir-se das suas responsabilidades. As populações de Sacavém, Bobadela, Vale de Figueira, São João da Talha, Santa Iria de Azóia têm o direito de exigir que o Governo e os órgãos que dele dependem dêem ao problema a atenção que ele merece.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Soares Cruz que utilizará 6 minutos do PPM.

**O Sr. Soares Cruz (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Julgo não necessitar dos 6 minutos que o PPM me cedeu, mas queria, em nome do distrito de Santarém, fazer não tanto uma intervenção de política regional, mas sim um apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Presidente da Assembleia da República, para o qual chamo não só a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> como a de todos os Srs. Deputados.

Dar-se-á dentro de dias a Portugal e em especial a Fátima, localidade do meu distrito, a visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II. Não conseguimos entender que em todo esse processo a Assembleia da República esteja a ser sistematicamente marginalizada. Representamos o povo português, somos membros de um órgão de soberania e julgo que as autoridades de que depende a organização da visita já deviam ter contemplado a presença de todos os deputados em todas essas cerimónias, o que julgo que não foi feito até agora.

No entanto, não quero deixar de frisar e de sublinhar o esforço do Presidente da Assembleia da República, Sr. Dr. Francisco Oliveira Dias que inexplicavelmente tem sido secundarizado.

Solicito, pois, a V. Ex.<sup>a</sup> que, junto de quem de direito, tenha uma actuação muito enérgica no sentido de que muito urgentemente os membros da Assembleia da República tenham o lugar a que têm direito, isto é que, como representantes do povo, estejam junto de Sua Santidade e possam de alguma forma representar o povo que o elegeu.

*Aplausos do CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Transmitirei ao Sr. Presidente da Assembleia da República o que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de dizer.

Srs. Deputados, deu entrada na Mesa um pedido de ratificação do PCP sobre o Decreto-Lei n.º 161/82, que extingue a SNAPA — Sociedade Nacional dos Armadores de Pesca de Arrasto.

A próxima sessão efectuar-se-á no dia 10, pelas 15 horas, com período de antes da ordem do dia. Do período da ordem do dia consta, na 1.ª parte, a apresentação do projecto de lei n.º 335/II, do PCP, que estabelece garantias na inamovibilidade dos magistrados, e a deliberação acerca de pedidos de prorrogação de prazos apresentados por comissões eventuais de inquérito; da 2.ª parte consta a discussão do projecto de lei n.º 276/II, do PS, sobre a lei das sociedades em auto-gestão e a discussão da proposta de lei n.º 95/II, que amnistia várias infracções e concede o perdão a várias penas por ocasião da visita a Portugal do Sumo Pontífice.

Está encerrada a sessão

*Eram 12 horas e 40 minutos.*

*Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Social Democrata (PSD)**

Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.  
Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.  
António Augusto Lacerda de Queiroz.  
Cecília Pita Catarino.  
Fernando Alfredo Moutinho Garcez.  
Fernando Manuel Cardoso Ferreira.  
João Manuel Coutinho Sá Fernandes.  
Manuel Filipe Correia de Jesus.  
Manuel Maria Moreira.  
Maria Helena do Rego Salema Roseta.  
Mário Ferreira Bastos Raposo.  
Pedro Miguel Santana Lopes.  
Vasco Francisco Aguiar Miguel.

**Partido Socialista (PS)**

Alberto Marques Antunes.  
António Chaves Medeiros.  
António Francisco B. Sousa Gomes.  
António José Sanches Esteves.  
António Manuel de Oliveira Guterres.  
Aquilino Ribeiro Machado.  
Eduardo Ribeiro Pereira.  
Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
Jaime José Matos da Gama.  
João Cardona Gomes Cravinho.  
José Luís Amaral Nunes.  
José Manuel Niza Antunes Mendes.  
Luís Filipe Nascimento Madeira.  
Manuel da Mata de Cáceres.  
Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.  
Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Adriano José Alves Moreira.  
António Jacinto Martins Canaverde.  
Carlos Martins Robalo.  
Henrique Manuel Soares Cruz.  
José Manuel Rodrigues Casqueiro.

Luis Carlos Calheiros V. Sampaio.  
Manuel António de Almeida Vasconcelos.

Partido Comunista Português (PCP)

Jorge Manuel Abreu de Lemos.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Manuel Tíman.

Jorge Fernando Branco Sampaio.  
Júlio Filipe de Almeida Carrapato.  
Luis Abílio Conceição Cacito.  
Manuel Alegre de Melo Duarte.  
Manuel António dos Santos.  
Mário Alberto Lopes Soares.  
Rui Fernando Pereira Mateus.  
Vergílio Fernando M. Rodrigues.  
Vítor Manuel Brás.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.  
Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.  
Américo Maria Coelho Gomes de Sá.  
Eugénio Maria Anacoreta Correia.  
Francisco G. Cavaleiro de Ferreira.  
João Gomes de Abreu de Lima.  
João Lopes Porto.  
José Augusto Gama.  
José Miguel Nunes Anacoreta Correia.  
Manuel Eugénio Cavaleiro Brandão.  
Mário Gaioso Henriques.  
Narana Sinai Coissoró.  
Ruy Garcia de Oliveira.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Barreirinhos Cunhal.  
Álvaro Favas Brasileiro.  
António José M. Vidigal Amaro.  
Custódio Jacinto Gingão.  
Domingos Abrantes Ferreira.  
Joaquim Gomes dos Santos.  
José Rodrigues Vitoriano.  
Manuel Correia Lopes.  
Octávio Floriano Rodrigues Pato.

#### Partido Popular Monárquico (PPM)

António José Borges G. de Carvalho.

#### União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

OS REDACTORES DE 1.ª CLASSE, Anita Paramés Paz  
Pinto da Cruz — Cacilda Nordeste.

#### Partido Socialista (PS)

António Emílio Teixeira Lopes.  
António Gonçalves Janeiro.  
António José Vieira de Freitas.  
Carlos Manuel N. Costa Candal.  
Fernando Torres Marinho.  
João Alfredo Félix Vieira Lima.  
Joaquim Sousa Gomes Carneiro.

**PREÇO DESTE NÚMERO 48\$00**

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA